



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MAS, AFINAL, OS CONCEITOS IMPORTAM? O CONCEITO POLÍTICO-
CULTURAL AMEFRICANIDADE DE LÉLIA GONZALEZ E AS TEORIAS DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIELLE GONÇALVES PASSOS DO NASCIMENTO

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2021

DANIELLE GONÇALVES PASSOS DO NASCIMENTO

**MAS, AFINAL, OS CONCEITOS IMPORTAM? O CONCEITO POLÍTICO-
CULTURAL AMEFRICANIDADE DE LÉLIA GONZALEZ E AS TEORIAS DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do professor Dr. Thiago Fernandes Franco.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE GONÇALVES PASSOS DO NASCIMENTO

MAS, AFINAL, OS CONCEITOS IMPORTAM? O CONCEITO POLÍTICO-CULTURAL AMEFRICANIDADE DE LÉLIA GONZALEZ E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Thiago Fernandes Franco
Orientadora – Universidade Federal de Sergipe

Professor Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos
Examinador Interno – Universidade Federal de Sergipe

Professora Dra. Carolina Santos Barroso de Pinho
Examinadora Externa – Universidade Estadual de Feira de Santana

Nota: _____

São Cristóvão, ____ de _____ de 2021.

À mainha e à minha irmã, Patricia, porque
“Enquanto houver você (vocês) do outro lado,
aqui do outro eu consigo me orientar”.

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo.”

(José Saramago)

*“Vai passar
Nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais.”*

(Chico Buarque)

“Para além do seu carácter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica.”

(Lélia Gonzalez)

AGRADECIMENTOS

Quase todas as vezes que eu conversava sobre a escrita de trabalhos acadêmicos (no meu caso, o TCC), ouvia que era uma tarefa desafiadora e solitária. De fato, foi uma das coisas mais potentes e desafiadoras que eu fiz até o momento, principalmente quando se tem de “plano de fundo” uma *pandemia* de COVID-19. Entrego aqui uma pesquisa que carrega consigo inseguranças, questionamentos e divagações, mas, acima de tudo, transporta ressignificados, ancestralidade e transformação. Já com relação a ser uma tarefa solitária, eu nunca me senti sozinha, e tampouco, esse trabalho foi possível apenas graças a mim. “Uma ruma de gente” forneceu apoio e incentivo para que eu conseguisse escrevê-lo. Mesmo correndo o risco da minha memória falhar e eu esquecer de mencionar alguém (e olha que eu sou conhecida por ter uma boa memória, acho que é a idade chegando), irei tentar colocar em nomes e palavras a minha gratidão, respeito e carinho por aqueles e aquelas que caminharam junto comigo.

Nos últimos tempos, restabelecer a fé foi uma outra coisa muito significativa que aconteceu comigo. Por isso, é fundamental que eu agradeça a Deus (vou optar por chamar assim, mas você que estiver lendo pode agradecer e chamar como se sentir mais confortável, com bases nas suas crenças e na sua fé) pela serenidade, força e amor que eu pude desenvolver e receber sempre.

Agradeço às mulheres da minha vida, mainha e minha irmã. Claudia e Patricia, eu reescrevi esses parágrafos algumas vezes na tentativa de colocar em palavras o quanto o amor, a compreensão e o apoio de vocês significam para mim. A mais bela das canções de Chico Buarque ainda não chegaria nem na metade de demonstrar o afeto, o amor, o respeito e o orgulho que eu tenho “da gente” e de vocês. A Danielle não existiria sem vocês (para mainha, que me pariu, essa frase é no sentido literal mesmo) e nem chegaria “tão longe”. Sendo assim, sempre tenho em mente todos os esforços e os sacrifícios que vocês fazem. “Do lado de cá” tem uma filha e uma irmã que foi consumida por saudades de vocês, do “lar”, dos bons sentimentos e do amparo (diário e presencial). Sei que não foi fácil me ver sair tão nova da Bahia para “sonhar mais alto” em Sergipe, não foi fácil me ver ausente, não foi fácil ouvir o meu “chorerê” e não foi fácil conviver com um ser humano intenso como eu (ou foi, e eu não estou sabendo?).

Ao meu (des)orientador, Thiago, que me atura desde 2018. Obrigada por acreditar em mim (como aluna, pesquisadora e gente) e por confiar a mim três monitorias e um projeto de pesquisa, junto à Coordenação de Pesquisa (COPES), incríveis. Agradeço por ter mostrado que eu posso alcançar “voos mais altos”, pelas vezes que você disse direta ou indiretamente: “refine

o argumento”, pelas melhorias feitas neste trabalho e por todas as indicações de leituras ao longo desses anos. À Carolina, por ser uma referência autêntica para mim e tantas outras pessoas (espero que nossos caminhos continuem se cruzando). Ao Geraldo, obrigada pelas aulas e conversas tão ricas em informações e ternura (elas revolucionaram os cantos dos meus pensamentos e me renderam boas risadas). E aos dois, igualmente, pela disposição em avaliar este trabalho e pelos apontamentos feitos no TCC 1, fundamentais para que eu pudesse desenvolver o TCC 2.

À minha família, aquelas e aquelas que escolheram ser moradas de boas lembranças e histórias, para além de somente “parentes”. Não somos perfeitos (os atritos, as risadas em momentos inapropriados, os micos e os deslizes são provas disso). À vovó Lourdes e ao vovô Ananias “Nani”, exemplos de acolhimento, honestidade e coragem. Ao meu irmão, Murilo (*in memoriam*), que tem nos guiado e “virou saudade aqui dentro de casa”. À minha prima-irmã, Aylla (Beldade), por sempre se fazer presente mesmo com a distância física, sou imensamente grata pela irmandade que construímos. Há 22 anos temos compartilhado segredos, incertezas e boas risadas (que continuemos assim). Aos meus tios, Adiclécio “Dhi”, Alécio “Leço” e André “Dhe”, personificações de trabalho, esforço e criatividade. Às minhas tias, Mayara “Kiki”, Ana Paula “Nega” e Josenice “Jó”, exemplos de dignidade, afeição e estímulo. Ao meu padasto, Edilberto, pela disponibilidade de me buscar/levar em cada canto que eu pedia/precisava (seja para pegar o ônibus em Capim Grosso-BA, para a terapia ou para as festinhas) e pelos esforços em desempenhar um papel que remete à dedicação, equilíbrio e carinho. À minha madrinha, Kelly, por todo cuidado e desabafos. Aos meus primos e às minhas primas, Allysson (tenho muita admiração e orgulho de você), Andryel, Alexandre, Alanna e Taylla (lembre-se: “O meu amor tem um jeito manso que é só seu” e que a “Daninha” se esforça para fazer do mundo um lugar melhor por/para você”). Aos meus “nenéns” felinos, Dengo, Donna e Mel (*in memoriam*), pelas boas vibrações e companhia nas madrugadas enquanto eu estudava. Vocês (cada um/uma à sua maneira) me mostraram que a educação é o caminho. Amo vocês!

Às melhores amigas que a Universidade Federal de Sergipe (UFS) poderia me dar. À Constança, por aguentar a minha sinceridade, pelos abraços de ursa e por me mostrar a força da empatia. Você foi/é fonte de aconchego em muitos momentos. À Dainara, a calmaria do grupo, por ter chegado para agregar, pela confiança e doçura. Você foi/é fonte de equilíbrio em muitos momentos. À Enndiel, por se fazer presente desde a primeira semana de aula (lembro da primeira coisa que te disse: “Oi, você já tem grupo?”), por me entender só no olhar, por todas as vezes que você disse: “amiga, você está sendo muito crítica” e por contribuir diretamente com as argumentações dos meus trabalhos. Você foi/é fonte de inteligência em muitos

momentos. À Larissa, (com quem eu compartilhei o mês de outubro de 2021 inteiro, viu e ouviu o ápice da escrita do meu TCC), agradeço pelos conselhos, pelas correções feitas neste trabalho, por partilhar confidências, por compreender a minha intensidade e por ter me dado um “lar sergipano”, portanto, também preciso agradecer ao Tio Sandro, à Tia Débora, ao João Pedro e à Zoe, por todo suporte e acolhimento. Você foi/é fonte de sensatez em muitos momentos. Vocês quatro fizeram da minha experiência na UFS (e fora dela, mas esses causos Maria Danielle vai deixar em *off* hahahaha) divertida, engajada e humana. O carinho e a consideração que eu tenho por vocês só crescem!

À Jana, minha amiga desde 2013 e *roommate* (“colega de quarto”) desde 2017, sou grata por compartilhar com você o rojão e as responsabilidades que é “ser adulta”. Guardo com carinho todas as nossas conversas sobre os mais diversos assuntos (livros, política, gatos, saudade de casa, medos etc.) e os momentos que passamos.

À minha rede de apoio feminista (e de afeto), Jéssica, Luísa, Mariana e Raquel (Enndiel e Larissa também). Vocês são amigas, internacionalistas e pesquisadoras admiráveis. Os desabafos, os eventos e as pesquisas que construímos precisam continuar.

Aos amigos, às amigas e aos colegas do curso de Relações Internacionais, especialmente, Alicia, Ana Beatriz, Bea, Clarinha, Caio, Dudu (melhor amigo e fã de Pokémon que poderia existir), Gabi Costa, os Ian’s, Igor, Jaque, Luiz Henrique, Mônica (que agora está na UFF) e Yasmin (que nas últimas semanas viveu as mesmas coisas que eu e sempre mandava uma mensagem: “amiga, tá tudo bem?”). Como boa sagitariana, sou a pessoa “das relações” e, portanto, queria agradecer a cada um/uma individualmente, mas se eu fizer isso esses agradecimentos vão ficar maiores do que já estão.

Aos professores e às professoras que eu tive ao longo de toda a minha jornada, pois desde muito cedo vocês plantaram sementes das quais colho bons frutos. Em especial, aos/às professores/professoras que eu tive durante a graduação: Bárbara, Cairo (com quem trabalhei junto ao “UFS Internacional”), Corival, Edson, Érica (com quem pesquisei no meu primeiro projeto de pesquisa na UFS), Flávia, João Paulo, Lívia, Lucas, Renan e Rodrigo. Aos estagiários do curso de Direito, Tatiana e Ygor. Estendo os agradecimentos aos funcionários/servidores e às funcionárias/servidoras da UFS e do Departamento de Relações Internacionais (DRI).

Às minhas amigas e amigo de Tijuacu (alô, Bahia), Aylla (de novo), Jassi, Milena, Talia e Joabe. É muito gratificante amar, amadurecer e aprender com vocês ao longo de tantos anos. Voltar para casa, em cada uma das minhas férias da faculdade, também significava voltar para vocês (obrigada pelos encontros regados a fofocas, músicas da rainha Marília Mendonça (*in memoriam*) e risadas).

Às meninas e aos meninos do Grupo de Estudos de Feminismo e Gênero (GEFEG-Unesp). Aos membros e às membras do Grupo de Estudos sobre o Imperialismo – Rosa Vermelha (UFS), em especial Ana Livia, Carol, Ênio e Samara (alguns outros/outras já foram citados/as em outras partes dos agradecimentos). A “troca de figurinhas” e os nossos debates foram importantes para que esse trabalho saísse do plano das ideias.

À minha psicóloga Adly (para vocês, meros mortais, é Adliany), por me ajudar a perceber “a potência que eu sou”, a lidar com as inseguranças (pessoais e acadêmicas) e pela fé que você deposita em cada uma das nossas sessões. À Arianny, irmã e secretária da Adly, pelas conversas enquanto eu esperava ser atendida e pelo apreço. Vocês mobilizaram em mim a importância do cuidado com a saúde mental.

Por último, mas não menos importante, agradeço às mulheres que vieram antes de mim e àquelas que virão, sobretudo as mulheres quilombolas de Tijuacu e as amefricanas. A teoria e a prática têm rosto, voz e mãos de mulheres. A luta é constante, essa conquista é nossa (quando o feminismo for “legalizado” monografias como essa serão cada vez mais comuns hahahaha)!

RESUMO

O campo teórico das Relações Internacionais (TRI) é basilar para as Relações Internacionais (RI) e passa por transformações de diversas ordens. As definições e enquadramentos restritos do que se entende por TRI vêm sendo objeto de crítica ao longo do tempo. Assim sendo, é importante experimentar o exercício de estudar as Teorias de Relações Internacionais tendo como guias os conceitos e refletir de quais formas o avanço proporcionado pelo “desenvolvimento” e a incorporação do conceito político-cultural *Amefricanidade* formulado por Lélia Gonzalez pode constituir um progresso teórico no campo das RI, na medida em que possibilita lidar com aspectos relevantes da concretude de mulheres, negros e indígenas (amefricanos/as e ameríndios/as) em termos de uma multidimensionalidade. Frente a isso, tendo por ferramenta metodológica a Revisão Sistemática da Literatura, o presente trabalho apresenta as questões envoltas na produção das epistemologias, sobretudo das epistemologias do Sul, do exercício de teorização; das Teorias das Relações Internacionais; discute a formação da América Latina; as bases latino-americanas de interpretação; as principais críticas e as produções teóricas da região; bem como aponta as contribuições teórico-conceituais de Lélia Gonzalez, a presença do caráter internacional no conceito de amefricanidade e a relação entre esse último e as TRI. Assim, este trabalho busca contribuir para articular e repensar a definição de internacional em termos de recortes, locais, referências intelectuais e enfoques conceituais, o que reflete no processo de expansão teórica do campo das Relações Internacionais e nos esforços de combinar teoria e prática.

Palavras-chave: Amefricanidade; América Latina; Epistemologia; Gênero; Raça; Teorias das Relações Internacionais.

.

RESUMEN

El campo teórico de las Relaciones Internacionales (TRI) es fundamental para las Relaciones Internacionales (RI) y sufre transformaciones de diferentes órdenes. Las definiciones y encuadres restringidos de lo que se entiende por TRI han sido objeto de críticas a lo largo del tiempo. De ese modo, es importante experimentar el ejercicio de estudiar las Teorías de las Relaciones Internacionales, teniendo como guía los conceptos y reflexionando sobre cómo el avance que brinda el “desarrollo” y la incorporación del concepto político-cultural de *Amefricanidade* por Lélia González puede constituir un progreso teórico en el campo de las Relaciones Internacionales, en la medida en que permite abordar aspectos relevantes de la concreción de mujeres, negros e indígenas (amefricanos/as y ameríndios/as) en términos de multidimensionalidad. En virtud de ello, utilizando la Revisión Sistemática de la Literatura como herramienta metodológica, este trabajo presenta los temas involucrados en la producción de epistemologías, sobre todo las epistemologías del Sur, del ejercicio de la teorización; las Teorías de las Relaciones Internacionales; analiza la formación de América Latina; las bases de interpretación latinoamericanas; las principales críticas y producciones teóricas de la región; así como señalar los aportes teórico-conceptuales de Lélia González, la presencia del carácter internacional en el concepto de *amefricanidade* y la relación entre esta última y las TRI. Así, este trabajo busca contribuir a y repensar la definición de internacional en términos de recortes, lugares, referencias intelectuales y enfoques conceptuales, lo cual se refleja en el proceso de expansión teórica en el campo de las Relaciones Internacionales y en los esfuerzos por combinar teoría y práctica.

Palabras claves: *Amefricanidade*; América Latina; Epistemología; Género; Raza; Teorías de las Relaciones Internacionales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. EPISTEMOLOGIAS, AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS CONCEITOS.....	21
1.1 <i>Para além dos muros academicistas dos conhecimentos: as contribuições epistemológicas e as Relações Internacionais.....</i>	<i>21</i>
1.2 <i>O exercício de teorizar e as Teorias das Relações Internacionais (TRI).....</i>	<i>31</i>
1.3 <i>Mas, afinal, os conceitos importam?.....</i>	<i>40</i>
2. A AMÉRICA: ALDEIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DAS TRI E DE LÉLIA GONZALEZ.....	46
2.1 <i>Repensando as veias abertas da América Latina desde o século XXI.....</i>	<i>47</i>
2.2 <i>Colonialidade e TRI: as bases latino-americanas de interpretação, as críticas ao eurocentrismo e as discussões acerca da hierarquização.....</i>	<i>50</i>
2.3 <i>De volta às Relações Internacionais: o que de fato são e o que podem vir a ser as produções teóricas latino-americanas?.....</i>	<i>57</i>
3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS: O CONCEITO DE AMEFRICANIDADE POR LÉLIA GONZALEZ.....	59
3.1 <i>Lélia Gonzalez: quem foi/é e o que quer?.....</i>	<i>59</i>
3.2 <i>O conceito político-cultural de Amefricanidade é “internacional”</i>	<i>64</i>
3.3 <i>As relações entre Amefricanidade e TRI.....</i>	<i>71</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	77
REFERÊNCIAS MULTIMÍDIAS.....	87

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento humano pode ocorrer de diversas maneiras. O exemplo e a explicação de uma teoria particular permitem que se questione o que de fato é uma teoria no sentido científico e como produzimos conhecimento. De acordo com a Oxford Languages (2021), maior editora mundial de dicionários, uma teoria é um conjunto de regras ou leis, mais ou menos sistematizadas, aplicadas a uma área específica. José Almeida e José Madureira Pinto (1975) salientam que, dentro dos limites delineados pelas condicionantes sociais, as condições teóricas são responsáveis por configurar os ritmos e o sentido dos desenvolvimentos e transformações dos conhecimentos, nos quais se torna legítimo constituir em objeto de análise as relações dos produtos científicos com as suas condições teóricas de produção, com base em uma precisa situação da problemática e em relação aos problemas por esta designados: a produção de elementos conceituais, a construção da teoria, é um processo com a sua própria lógica interna de desenvolvimento. Sendo assim, nessa perspectiva, a teoria seria um subconjunto organizado de conceitos e relações. Mas é possível também reconhecer que nem todo o desenvolvimento teórico acontece por razões *internas* à teorização.

No caso das Relações Internacionais (RI) e, principalmente, das Teorias de Relações Internacionais (TRI), é possível identificar elementos de várias ordens que levaram às transformações da esfera teórica. A Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) possui, atualmente, exatas oito Áreas Temáticas (AT), sendo uma delas a de “Teoria das Relações Internacionais”, coordenada pela Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado. Segundo a ABRI (2021b, online), o debate teórico na área de Relações Internacionais fundamentou a existência epistemológica desse campo do conhecimento. Contudo, não necessariamente isso significa “que as discussões e dissensos não sejam cada vez mais importantes, revelando a riqueza do diálogo com outras áreas das ciências humanas, e mesmo com as ciências exatas e da vida”.

A Área Temática de Teoria das Relações Internacionais esclarece que a produção de conhecimento nas Relações Internacionais tem passado por um período de recapitulação e abertura. Esse momento é delineado pelo interesse em tradições epistemológicas distintas das “originais”, delimitadas pelo racionalismo de procedência iluminista. A referida AT se propõe um espaço para expor reflexões e resultados de investigações no nosso campo teórico de modo a fomentar o debate de ideias, a revisão crítica das teorias de RI e a produção de conhecimento

que responda aos interesses e problemas dos e das internacionalistas do Sul Global¹, com especial atenção àquelas e àqueles da América Latina e do Brasil. Desse modo, a ABRI reconhece que contribuições “não-Ocidentais” e aquelas oriundas de tradições não-hegemônicas favorecem o estímulo à formulação de conceitos e a experimentação metodológica frente às adversidades de analisar os múltiplos temas apenas pelo estudo das relações internacionais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021b). Destaca-se também a recém-criada Área Temática sobre “Feminismo, Gênero e Sexualidade”, dentro da ABRI, o que, por sua vez, configura não apenas uma demanda *teórica*, mas reflete também as *disputas sociais e políticas* ligadas aos *movimentos sociais* desta área. Proposta pelo grupo MulheRIs e pela Rede de Gênero² e Sexualidade em Relações Internacionais e coordenada pela Dra. Clarice Ferreira-Menezes e pelo Dr. Arthur Murta, essa AT pretende atualizar e inovar o *campo teórico* das RI (TRI) dentro da ABRI, bem como estabelecer redes de diálogos com outras associações nacionais e internacionais. Nos interessa destacar que, segundo a própria ABRI, a busca por dinamizar as agendas de pesquisa em RI deve incorporar um olhar versado na interseccionalidade³ para o

¹ “O termo “Sul”[1] apareceu no vocabulário internacional em 1980 [2] e sua associação com o adjetivo “Global” ocorreu a partir do final da Guerra Fria, com a intensificação do discurso e das dinâmicas da Globalização (DIRLIK, 2007). Devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “Terceiro Mundo”, [3] atualmente em desuso. Em ambas denominações, a classificação hierárquica entre os países considera o estágio de desenvolvimento econômico em direção à modernidade como parâmetro principal. Por sua vez, o entendimento de “modernidade” e “desenvolvimento” é fortemente associado à ideia de progressão ou evolução. Entretanto, assim como o Terceiro Mundo, o Sul Global não pode simplesmente ser visto como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos, localizados nas zonas ex-coloniais do globo. Existem diferentes significados para as duas categorias, as quais não devem ser compreendidas em um sentido exclusivamente geográfico ou territorial. Ambos termos foram capazes de projetar uma identidade geopolítica subalterna, reivindicando um diferente caminho de pertencimento no sistema e na sociedade internacional” (BALLESTRIN, 2020, online).

² A palavra gênero aparece algumas vezes ao longo do presente trabalho e, por conseguinte, carecemos de dimensionar sua conceituação e debate. Luis Fujiwara (2002) expõe que o conceito de gênero foi engendrado academicamente em meados da década de 1970, cunhado enquanto uma tentativa estratégica de feministas europeias e estadunidenses de sair do gueto de produções acadêmicas que estavam condicionadas a estas professoras e pesquisadoras. Ainda em termos de conceituação, para Judith Butler, “uma divisão se introduz no sujeito feminino por meio da distinção entre sexo e gênero” (BUTLER, 2018, p. 25). Enquanto, para algumas perspectivas, sexo estaria associado à condição biológica do ser humano, segundo Butler (2018) o gênero é culturalmente construído. Essa não é a única forma de conceituar o problema, que segue em disputa. A exemplo, as feministas negras debatem se podem/devem adotar os conceitos de gênero e feminismo. Patricia Hill Collins (2017), em *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*, levanta a questão de gênero para o feminismo negro e contribui para a ampliação das discussões.

³ O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela feminista estadunidense, professora e defensora dos Direitos Civis, Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989. No artigo *Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, de 2002. A interseccionalidade é entendida como uma ferramenta para que as mulheres atingidas por vários tipos de opressões (raça, gênero, classe, sexualidade, etc) pudessem considerar suas condições. Crenshaw (2002) destaca que a interseccionalidade é versada como uma conceituação do problema que procura capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação/opressão. Ressaltamos que existe uma multiplicidade de autoras que trabalham a temática e o conceito de interseccionalidade, portanto, para além do texto citado, indicamos o livro *Interseccionalidade*, da coleção *Feminismos Plurais*, da autora Carla Akotirene, o artigo *Colonialidade e Gênero*, de María Lugones e o

entendimento da dinâmica internacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021a).

As definições e enquadramentos do que se entende por Teorias das Relações Internacionais vêm sendo objeto de crítica ao longo do tempo. Nas décadas iniciais, foi-se consolidando como dominante uma visão *restrita*, típica das primeiras décadas de afirmação da disciplina. Sob nosso juízo, ancorado em múltiplos movimentos de contestação internos à nossa área de atuação, é fundamental que se coloque em xeque a arbitrariedade dos critérios pelos quais se definem autoras e autores clássicos e, mesmo, os conceitos mais importantes de nossa disciplina. No processo de compreender o exercício da teorização surgem questões acerca do que nós, do *campo de estudo* das Relações Internacionais, no decurso do tempo, estamos chamamos de "Teoria(s) das Relações Internacionais", comumente denominada(s) TRI. Como poderíamos compreender o desenvolvimento desse *subcampo de estudos* e quais seriam os seus determinantes? Sua dinâmica se daria predominantemente por meio dos assim chamados "grandes debates"? Daria-se pelo aumento dos estudos das escolas clássicas? Ou, do contrário, implicaria na incorporação e ampliação de *novas* temáticas, autoras/autores, conceitos e regiões nas Teorias de Relações Internacionais? A melhor forma de estudar/ensinar TRI seria pelos assim chamados "paradigmas" e/ou por meio dos "conceitos"? Quem possui a legitimidade para deliberar sobre as respostas a essas indagações?

Essas são algumas das questões que vêm sendo levantadas ao longo desse "desenvolvimento" e nos parece importante destacar que, embora haja certo esforço por parte de algumas tendências acadêmicas de tratá-las como se fossem mutuamente excludentes, em nossa visão elas se sobrepõem e se tensionam entre si sem impor um resultado singular. Sob o ponto de vista que informa nosso trabalho, as questões tocadas acrescentam bordas para refletir sobre as principais tradições de pensamento e teorização sobre as Relações Internacionais. Digna de nota, inclusive, é a existência de considerações acerca da própria (in)existência de teorias específicas das Relações Internacionais, da pretensão universalista e da compreensão de como estas se incorporam frente a outros campos do conhecimento ao longo de toda a história da disciplina. Essa é uma reflexão já antiga e que não é levantada apenas por autoras e autores marginalizadas(os) da nossa área, como, por exemplo, em *Why is there no International Theory?* de Martin Wight, de 1960. Tampouco podemos afirmar que o questionamento tenha sido apenas uma etapa na constituição da disciplina, contra o que argumentamos com a

artigo de Gabriela M. Kyrillos, intitulado *Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade*. Este conceito importa diretamente para a discussão sobre as interpretações contemporâneas sobre o legado teórico e político de Lélia González e, por isso, voltaremos a ele na sequência do trabalho.

atualidade do debate, por exemplo, em textos *The end of International Relations theory?* de Tim Dunne, Lene Hansen e Colin Wight e *Still a Discipline After All These Debates?* de Ole Wæver, ambos de 2013. O fato de que grande parte dos baluartes canonizados da disciplina (como o próprio Wight e – veremos – Kenneth Waltz) terem se posicionado contrariamente a essa forma de delimitação da especificidade do campo nos parece merecer uma discussão muito mais aprofundada e constitui, em nosso juízo, razão o suficiente para justificar o constante reexame do problema.

O que propomos no presente trabalho é participar deste debate geral sobre a definição do campo das RI e do subcampo das TRI a partir de algumas posições específicas. Em primeiro lugar, propomos que se deixe de lado a costumeira apresentação da teoria das RI por meio dos “grandes debates” para que possamos experimentar o *exercício* de estudar as Teorias de Relações Internacionais tendo como guias os *conceitos*. Seguimos aqui, *até certo ponto*, Amado Cervo (2008), que analisa o nexos existente entre Teorias de Relações Internacionais e os conceitos utilizados nas Relações Internacionais. Para ele, deve haver uma elevação no papel dos conceitos e da ênfase no fato de que são produzidos em países ou conjuntos de países específicos de modo a pôr em xeque o prestígio das TRI nos programas de ensino. Sob nosso ponto de vista, o foco nos conceitos, inclusive, pode abrir possibilidades de estudarmos e trazermos para o palco das RI os pensamentos de autoras que comumente não aparecem quando o estudo é estruturado pelos tais “grandes debates” que costumam constituir a nossa área. Assim, esperamos com nossas pesquisas participar do esforço intelectual (coletivo) de dar novos significados para a teorização em Relações Internacionais⁴.

De acordo com bell hooks⁵ (2013), o processo de teorização pode ser altamente ponderado e crítico. A teoria é entendida por ela como prática potente e ativista. Por isso, a teórica feminista defende que não deve haver uma separação entre a teoria e prática (hooks, 2013; 2020). Do contrário, a autora afirma a possibilidade de entendermos a teoria como *prática libertadora* e como *local de cura* (mesmas obras). Reafirmando o pensamento de bell hooks e

⁴ Isso não significa em absoluto que concordemos com as demais ideias do autor no texto citado e com os conceitos por ele sugerido. Temos discordâncias cruciais que pretendemos expor em outros trabalhos.

⁵ A escolha e grafia do nome em minúsculo são opções da própria autora bell hooks, pseudônimo para Gloria Jean Watkins. A justificativa da escolha parte de uma frase da própria bell: “De início era só um nome para a escrita — então comecei a usá-lo quando dava palestras, para evitar confusões. bell hooks é um nome de família. É o nome da minha avó materna. No começo, tomei esse nome porque estava publicando um livro de poemas numa comunidade onde alguém tinha o mesmo primeiro nome “Gloria”. Sempre pareceu ser um nome que não era meu, evocando muito do que eu não sou. Conforme ficava mais velha, comecei a associar esse nome com frivolidade e vertigem (como no estereótipo da loira burra, frequentemente chamada de Gloria). Embora eu às vezes seja tonta e bastante frívola, tinha medo naquele momento de que esse nome me dominasse, se tornasse minha identidade, antes que eu pudesse fazer o que quisesse com ele. Acolhi a chance de escolher e usar outro nome” (HOOKS, 2019a, p. 325-326).

de Paulo Freire, João Nackle Urt, Lara Martim Rodrigues Selis e Victor Coutinho Lage, em texto de 2019, problematizam a importância da teorização em RI enquanto potência crítica, mais do que como dúvida cética.

Em vista disso, podemos elencar nomes importantes que, muito embora não se *reivindiquem* participantes de nosso campo de estudos, produziram - algumas continuam produzindo - conhecimentos que dialogam de modo direto e indireto com as problemáticas de nossa área, sendo verdadeiros símbolos que inspiram pessoas ao redor do mundo e contribuem para o campo teórico e para a luta feminista, tais como Angela Davis, María Lugones, Beatriz Nascimento, Cynthia Enloe, Heleieth Saffioiti, Kimberlé Creenshaw, Lélia Gonzalez, bell hooks, Chimamanda Ngozi Adichie, J. Ann Tickner, Judith Butler, Heloisa Buarque de Hollanda, Simone de Beauvoir, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins dentre outras tantas. É pouco provável que pudéssemos inferir de suas obras a ideia de que deveria existir um *campo autônomo* das RI, especialmente se entendermos essa afirmação sob o ponto de vista das posições hegemônicas. E não é isso que estamos afirmando. O que estamos argumentando é que, *pelo menos do ponto de vista institucional*, este campo *existe*; e nós, que *participamos* dele - afinal, trata-se de um TCC no Bacharelado em RI - podemos *aprender* com as autoras citadas e aproveitar os conhecimentos delas para *atuar* no campo em que estamos. Afinal, como ensina a sabedoria popular tantas vezes reinterpretada: a cabeça pensa onde o pé pisa e nosso campo de atuação, neste momento, é o de RI.

Como já indicamos, neste nosso *campo* das Relações Internacionais (RI), que muitas vezes se pretende *autônomo* e *específico* em relação às outras Ciências Humanas e Sociais, é notório, embora ainda tímido e gradativo, o encontro entre as abordagens mais influentes, usualmente chamadas de *mainstream*⁶ e as abordagens *marginalizadas*, dentre as quais estão os conjuntos definidos como feminista, interseccional, decolonial, crítica, pós-colonialista, entre outras. Para situar possíveis leitoras e leitores de nosso texto, costuma-se creditar que essa aproximação ocorre em decorrência das modificações nas camadas ontológicas e epistemológicas pelas quais passou nosso *campo*, tendo em vista movimentos que procuraram e ainda procuram *alargar* a compreensão das questões internacionais, tomadas por excessivamente restritas e/ou problematicamente definidas por participantes desses

⁶ Em uma tradução livre, a expressão significa *convencional* e/ou *corrente principal*. Em *Ciência Social Norte-Americana*": *críticas à postura conservadora das teorias do mainstream das Relações Internacionais*, Hermes Moreira Jr. (2012) indica que as teorias preparadas nos centros anglo-americanos, capazes de configurar o corpo teórico na busca por explicações e modelos para as demandas de seu interesse, são as ferramentas analíticas encaradas como Teorias do *mainstream*. São emolduradas dessa forma pelo seu suposto caráter hegemônico na produção de conhecimento e elaboração de instrumentos com capacidade para enfrentar uma dada realidade internacional.

movimentos de contestação. Temos um exemplo importante dessa tendência em Fred Halliday (2007), em seu livro originalmente publicado em 1999, que diz que precisamos *repensar* a definição que temos acerca do “internacional”, compreendendo-o para algo além do que acontece “lá fora”, exterior ao nosso “cotidiano” e por deveras distante da nossa realidade. Concordando com o autor, consideramos ainda que este “lá fora” também se refere às referências intelectuais e aos conceitos em que a esfera teórica das RI tem buscado sustento.

Mais recentemente, Raissa Ventura e Raquel Kritsch (2017) criticam o molde das RI, inicialmente fixado por pressupostos, métodos e teorias aceitas como tradicionais pelo *campo*. Ademais, o que nos interessa mais especificamente neste trabalho, as autoras afirmam que uma das formas que permite múltiplas combinações entre objeto, problema de pesquisa, teoria, método e metodologia em RI é justamente a produção de conhecimento *feminista*. Em vista disso, segundo as autoras, os feminismos carregam a potencialidade de produzir conhecimento e propor desenhos de pesquisa variados para o campo. Acrescentamos que sob nosso ponto de vista é possível que outras vertentes, locais e enfoques teóricos também possuam essa competência, mas, mais importante, corroboramos com a perspectiva das autoras, que também embasam nosso recorte neste trabalho.

Nessa linha, a historiadora sergipana Beatriz Nascimento e a filósofa paulista Sueli Carneiro são expoentes que trariam benefícios para as Teorias das Relações Internacionais. Ambas as autoras têm carga conceitual vasta, desenvolvem a participação negra na construção social e do pensamento e seus trabalhos fornecem materiais para pensar, repensar e analisar as relações como um todo (internacionais ou não) e o entendimento acerca do “internacional”. Mais à frente abordaremos o conceito de *Epistemicídio*, de Sueli Carneiro, e poderíamos também discutir o conceito de *Quilombo*⁷ de Beatriz Nascimento, tanto como fato histórico como projeto teórico e político. Mas tivemos que escolher um recorte mais delimitado para este trabalho. Neste sentido, a escolha de Lélia González pautou-se, sobretudo, além dos afetos que temos por ela, na relevância de suas obras para a formação do pensamento intelectual brasileiro e para a temática que estudaremos, assim como da capacidade de mobilizar e definir conceitos — e a relação deles com o “internacional”. Lélia Gonzalez, professora, antropóloga, filósofa e militante do movimento feminista e negro, além de ter sido uma das pioneiras nos debates sobre gênero e raça no Brasil, desenvolveu uma concepção afro-latino-americana da teoria e do

⁷ “Trata-se do Quilombo (kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil” (NASCIMENTO, 1985, p. 41).

movimento feminista. Em síntese, quatro eixos guiaram nossa escolha em torno do conceito cunhado pela autora: as particularidades do internacional, a atenção epistemológica do conceito, a *Amefricanidade* enquanto uma proposta de análise da categoria político-cultural doravante uma epistemologia do local (A América), os enfoques específicos e, por último, da leitura acerca de temas que envolvem gênero e raça em seus contornos mais explícitos e como isso é proveitoso para as RI (para as TRI).

Diante do exposto, associando os conceitos das RI com o “internacional”, propomos que o conceito de *Amefricanidade* de Lélia Gonzalez, fundamentado nas experiências comuns de mulheres e homens negros na diáspora e nas vivências de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial (GONZALEZ, 2020a [1988]), poderia ser apropriado e incluído como uma contribuição importante para as Teorias de Relações Internacionais.

Além dos elementos já trabalhados, a relevância desta pesquisa encontra-se, substancialmente, em três aspectos. O primeiro nasce a partir do ponto de vista *intelectual e acadêmico*, uma vez que o entendimento acerca das configurações das Teorias das Relações Internacionais é essencial para nossa área, de modo que explorar os diferentes conceitos e abordagens teóricas na sua diversidade e suas divergências, enquanto contribuição para o processo de expansão teórica do campo das Relações Internacionais, é pertinente do *ponto de vista científico*. O segundo estabelece conexão com a contribuição para as sociedades e para os *caminhos práticos*. Por tratar de um conceito discutido em movimentos de luta (Movimento Negro e Movimento Feminista), promove-se resultados no *âmbito social e político*, de modo que também acreditamos na *entre teoria e prática*. O terceiro refere-se à *dimensão político-pessoal*, mediante os *afetos singulares em relação às produções da autora, o local de pertencimento étnico, a trajetória acadêmica e os esforços empenhados na transformação da sociedade*.

•

A metodologia empregada foi a de revisão sistemática da literatura. Marcos Sousa e António Ribeiro (2009) indicam que a revisão sistemática da literatura é entendida como a revisão planejada da literatura científica, no qual se faz uso de métodos sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos relevantes sobre uma questão distintamente formulada. Para além, Rosana Sampaio e Marisa Mancini (2007) também elencam e descrevem as etapas que constituem o processo de elaboração de um estudo de revisão sistemática, procedimentos esses adotados na elaboração do presente Trabalho de Conclusão, tais como: a definição do problema de pesquisa; o reconhecimento das bases de dados a serem consultadas; a definição das palavras-chave e de outras estratégias de busca; a apresentação dos critérios de

inclusão e exclusão de determinadas leituras; a análise crítica dos estudos incluídos na revisão; resumos sintetizados dos estudos efetuados e conclusões.

A estrutura do trabalho conta com, além de introdução e considerações finais, três capítulos. O primeiro dedica-se a expor a composição de três pontos consideráveis para as Relações Internacionais e seu desenvolvimento teórico: as epistemologias, as teorias e os conceitos. O segundo apresenta e questiona a formação das características e narrativas do continente americano a partir dos pensamentos e da participação medular de mulheres, pessoas negras e indígenas enquanto fonte de orientação para a amefricanidade, para as RI e para as TRI. O terceiro discute o conceito de Amefricanidade formulado por Lélia Gonzalez, sobretudo, ao olhar para as Américas, e mais especificamente, para a “América Ladina”⁸, haja vista que ele possibilita a abertura para uma teorização em Relações Internacionais a partir de conceitos e dialoga com a essência repensada do “internacional”, conforme indicado por Fred Halliday.

⁸ Durante a apresentação do presente trabalho para a banca examinadora, Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos, um dos professores examinadores, levantou a discussão acerca do surgimento da expressão “América Ladina” e de que forma o situar. Lélia Gonzalez (2020a [1988]) explica que seu texto *A categoria político-cultural de amefricanidade* é resultado de uma reflexão estruturada em outros pensadores e momentos que o antecedem, especialmente nas ideias de Betty Milan desenvolvida por M. D. Magno. Ao trabalhar a América Ladina, a autora diz: “Para melhor entendimento dessa questão, numa perspectiva lacaniana, é recomendável a leitura do texto brilhante de M. D. Magno” (GONZALEZ, 2020a, p. 127). O texto ao qual a autora se refere é *América Ladina: introdução a uma abertura*, escrito por M. D. Magno e publicado em 1980. Magno (1980) reflete, entre outras coisas, sobre o lugar que o Brasil ocupava/ocupa na América Latina (ou não ocupava/ocupa), sobre o Brasil ser uma América-Africana e sobre os embates culturais e linguísticos do continente.

1. EPISTEMOLOGIAS, AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS CONCEITOS

1.1 Para além dos muros academicistas dos conhecimentos: as contribuições epistemológicas e as Relações Internacionais

Os protótipos das produções de conhecimentos são adotados na assimilação, registro e reconhecimento de informações e conceituações. A esfera da produção de conhecimento teórico em Relações Internacionais ainda parte de uma base de indicações hegemonicamente dominantes, moldada a partir de um sistema que perpetua a ideia de desenvolvimento pautado nas combinações raciais, sexistas e classistas. Em suma, há indicações de que, sob o véu da neutralidade e universalidade do pensamento científico, ocorra, com efeito, a supervalorização dos pensamentos produzidos por e para homens brancos, originários dos grandes conjuntos/centros de produção e de uma estreita parcela da "elite intelectual". Esse fundamento parte das configurações estabelecidas e constantemente fortalecidas de que a essa parcela da sociedade cabe a construção e a validação dos saberes e do conhecimento, no qual se determina que os fatos cientificamente comprovados por incansáveis experimentos e pesquisas devem ocupar o topo da pirâmide de relevância. Nesses mesmos moldes, entende-se que é essa mesma população que ocupa a imensa maioria das instâncias de poder da sociedade, seja no âmbito nacional ou internacional. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2009), no emblemático livro *Epistemologias do Sul*, partindo desta constatação, apresentam sérios questionamentos sobre por quais razões, nos últimos anos, mais especificamente nos últimos dois séculos, houve a dominação de uma epistemologia calcada no *projeto* de eliminar da reflexão epistemológica o contexto político e o contexto cultural da produção e reprodução do conhecimento. Mais do que isso, o autor e a autora também dissertam sobre quais foram as consequências desse descolamento e/ou descontextualização, bem como sobre a necessidade de encontrarmos possíveis caminhos para pensarmos a partir de outras epistemologias. Em suas palavras: “toda a experiência social produz e reproduz conhecimento, e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias” (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 9), ao que acrescentam que a epistemologia denominada como dominante é, *diferentemente do que ela afirma sobre si mesma*, marcada por elementos contextuais e, de fato, assentada por uma via de dupla diferença: a *diferença política* do capitalismo e do colonialismo e a *diferença cultural* do mundo moderno cristão.

Para o Oxford Languages (2021), a palavra epistemologia é um substantivo feminino definido em termos de dois pontos. O primeiro é que a epistemologia é entendida como uma

reflexão *geral* acerca da natureza, etapas e limites do conhecimento humano. Tal reflexão ocorre especialmente nas relações estabelecidas entre o sujeito indagativo e o objeto inerente – as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo. Ou seja, marcas da *teoria do conhecimento*. Em um segundo ponto, o dicionário a define como o estudo dos postulados, métodos e conclusões da ampla gama diferenciada dos ramos do saber científico, das teorias e das práticas em geral. Normalmente são assentadas na sua validação cognitiva, nos seus paradigmas estruturais ou nas suas relações com a sociedade e a história. O que caracteriza assim, a *teoria da ciência*.

Tatiana Valéria Trevisan (2010) diz que é necessário discutir e aprender as diferentes concepções teóricas que ofereçam uma visão de conhecimento, de história, de homem (enquanto raça humana) e de mundo. Para tanto, entende-se que a Teoria do Conhecimento e/ou Epistemologia é a área da Filosofia que se preocupa em estudar as condições de possibilidade em que ocorre o conhecimento, isto é, em que *grau* e em que *nível* se processa o conhecimento de acordo com os diferentes pressupostos epistemológicos presentes nas diversas abordagens teóricas. Para Trevisan (2010), dentro dessa vastidão das correntes teóricas, a epistemologia passou a receber conceituações diferentes com base em cada autor/autora. Em termos etimológicos, da origem e evolução da palavra, epistemologia, que surgiu no vocabulário filosófico, doravante no século XIX, quer dizer *discurso (logos) sobre as ciências (episteme)*. Segundo a autora,

na contemporaneidade, encontramos três correntes epistemológicas. Uma delas é a epistemologia lógica, que é exemplificada pelo empirismo e positivismo. A epistemologia genética é representada por Jean Piaget, que aprofundou o estruturalismo genético e construtivista da psicologia da inteligência. E, por fim, a epistemologia histórico-crítica, que buscava analisar a própria história das ciências. Dentre essas correntes, surge, também, recentemente a epistemologia crítica [...] (TREVISAN, 2010, p. 13-14).

Luiz Carlos Bombassaro (1992), por seu turno, destaca as demarcações das fronteiras epistemológicas e como se produz conhecimento. Ao se debruçar no processo de formação do conhecimento e ao pleitear as formas de conhecer e saber, o autor traz as noções presentes na retomada histórica de conceitos e de que modo destrinchar a valorização das particularidades do conhecimento. Quando tratamos de conhecimento, é preciso visualizar que o ser humano, ao se empenhar nessa atividade intelectual, busca compreender e explicar o mundo em que ele está inserido e o cerca. O conhecimento, além de ser uma atividade intelectual, é o resultado palatável da constante tentativa de estudar o mundo. É um combo de enunciados, que podem estar organizado de maneira sistemática ou assistemática, que os indivíduos produzem e

necessitam, tanto para se comunicar como para sobreviver. “Por isso, sem conhecimento, não pode haver mundo” (BOMBASSARO, 1992, p. 18).

Novamente de acordo com Santos e Menezes (2009), a epistemologia é entendida como toda ou qualquer ideia ou noção acerca das condições às quais tendemos a tratar como conhecimento *válido*. Para tanto, postulam ser por via do conhecimento válido que uma determinada experiência social passa a ser inteligível e intencional, e não há como existir conhecimento sem atores e prática social. Desta forma, seria a partir dos diferentes tipos de relações sociais, nas quais se concentram as práticas e atores, que se originariam as diferentes epistemologias. Ou seja, deste ponto de vista, “[...] as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são construídas por conhecimentos rivais (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 9)”.

A respeito da avaliação histórica do papel da ciência e concepção de exclusividade, é válido ressaltar que a epistemologia dominante, responsável por conferir à ciência a *exclusividade* do conhecimento científico, carrega as marcas de um amplo aparato institucional⁹ que tornou mais difícil ou até mesmo praticamente impossível o diálogo entre a ciência e os outros tipos de saberes (SANTOS; MENEZES, 2009).

Acerca da superação/abertura em termos epistemológicos, ressaltamos agora as bases epistemológicas do “Sul”, que guiam o corrente trabalho e têm muito que contribuir para as Teorias das Relações Internacionais, para a forma como adquirimos conhecimento e as condições assíduas nesse processo. Conforme diz Boaventura de Sousa Santos (1995), uma epistemologia instituída nos moldes do Sul é embasada em três orientações indispensáveis: aprender que *existe o Sul*; aprender a *ir para o Sul*; aprender a *partir do Sul* e *com o Sul*. Para explicar tal designação, entende-se que discorrer sobre Epistemologia do Sul envolve a *diversidade epistemológica do mundo*. O Sul é percebido enquanto uma *metáfora* para o campo de desafios epistêmicos, no qual se empenha para a reparação dos danos e impactos historicamente estimulados pelo capitalismo e seus vínculos com as relações coloniais. Portanto, deste ponto de vista, a concepção de Sul vai além do sentido estritamente geográfico (SANTOS; MENEZES, 2009).

Devemos sublinhar que a supressão de certas práticas sociais de conhecimento constitui o que o autor denomina *epistemicídio*, entendido como a supressão dos conhecimentos locais concretizada por um conhecimento “estranho” (SANTOS, 1998). Em *Para além do pensamento*

⁹ Santos e Menezes (2009) frisam que esse vasto aparato institucional é composto por universidades, centros de pesquisa/investigação, sistema de peritos e pareceres técnicos, dentre outros.

abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes, Santos (2009) discute o pensamento abissal da epistemologia moderna, seus componentes e suas omissões. O autor aponta que predomina sobre as epistemologias um *arquétipo de hierarquização*, no qual algumas formas de conhecimento sofrem tentativas de supressão a partir do processo de colonização. Não obstante, seu argumento aponta que essa realidade de predominância e dominação epistemológica é tão verdadeira na atualidade como era no período colonial, pois “o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (SANTOS, 2009, p. 31).

No que concerne à definição do conceito de *Epistemicídio* reelaborado¹⁰ por Sueli Carneiro (2005), devemos sublinhar que, segundo a autora, o epistemicídio coloca em questão a situação da *educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades* e os “cídios” que o dispositivo¹¹ de racialidade/biopoder consegue produzir. Outros fatos, que estarão atrelados ao tema do epistemicídio, fazem alusão a não produção e o não reconhecimento de intelectuais negros/negras, e à objetivação de militantes negros como fonte primária de pesquisas. De acordo com Carneiro (2005, p. 97, citada por Fernandez, 2019 p. 468-469), o epistemicídio não apenas desqualifica o conhecimento engenhado pelos colonizados, mas também é um processo sistemático de “produção da indigência cultural”, no qual é negado o acesso à educação, produz-se a inferiorização intelectual, deslegitima-se o negro e a negra como produtores/produtoras de conhecimento e rebaixa-se sua capacidade cognitiva em virtude dos obstáculos subjetivos e materiais. Portanto, nos parece importante conectar a ideia de epistemicídio com as ideias de *genocídio* e *etnocídio* que lhe são correlatas e anteriores.

Segundo o antropólogo Pierre Clastres, pensando especificamente a partir da experiência etnológica na América Latina,

se o termo genocídio remete à idéia [sic] de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreenderam essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da minoria oprimida. Aqui não é o caso de escolher entre dois males o menor: a resposta é muito evidente, mais vale menos barbárie do que mais barbárie. Dito isso, é sobre a verdadeira significação do etnocídio que convém refletir.

¹⁰ Em sua tese, a autora afirma que o conceito de epistemicídio é extraído do aparato teórico do sociólogo e professor, Boaventura de Sousa Santos, sobretudo seu livro *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, de 1994.

¹¹ Consultar a obra de Michel Foucault, *Microfísica do poder*.

[...] O horizonte no qual se destacam o espírito e a prática etnocidas é determinado segundo dois axiomas. O primeiro proclama a hierarquia das culturas: há inferiores e superiores. Quanto ao segundo, ele afirma a superioridade absoluta da cultura ocidental. Portanto, esta só pode manter com as outras, e em particular com as culturas [tidas como] primitivas, uma relação de negação. Suprime-se a indianidade do índio para fazer dele um cidadão brasileiro. Na perspectiva de seus agentes, o etnocídio não poderia ser, conseqüentemente, um empreendimento de destruição: ao contrário, é uma tarefa necessária, exigida pelo humanismo inscrito no núcleo da cultura ocidental. Chama-se etnocentrismo essa vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura. (mesmo autor, mesma obra, p. 80) (CLASTRES, 2014, p. 78-79)

O que gostaríamos de registrar, é que Clastres aponta duas questões cruciais, ambas com grande potencial reflexivo tanto para as Relações Internacionais quanto para a forma como Lélia González reflete sobre a experiência afroameríndia. A primeira delas é que a partir da etnologia comparada, pode-se afirmar com segurança que o etnocentrismo não é uma exclusividade ocidental, na medida em que “toda cultura opera assim, uma divisão entre ela mesma, que se afirma como representação por excelência do humano, e os outros, que participam da humanidade apenas em grau menor” (mesma obra, p. 81). A segunda, entretanto, é que “se toda cultura é etnocêntrica, somente a ocidental é etnocida” (mesma obra mesma página). Portanto, para o etnólogo, é preciso explicar o que constitui, deste ponto de vista, a excepcionalidade ocidental comparada com as demais sociedades. Para Clastres, o Ocidente se distingue pela peculiar combinação entre o *Estado* e o *capitalismo*.

Não é ainda o momento em que vamos expor a *necessária* articulação entre problemas de raça, gênero e classe subjacentes ao pensamento de Lélia González, mas é importante que atentemos ao fato de que a obsessão em torno da *exclusividade epistêmica do ocidente*, ou seja, de seu caráter inerentemente *epistemicida* não se explica senão pelo entendimento de quais são as peculiaridades das formas sociais em que ela se sustenta. Não é de se estranhar que uma sociedade genocida e etnocida seja epistemicida, posto que são dimensões interligadas entre si e decorrentes de uma mesma forma social. Nem tampouco é de se estranhar que a construção de campos de estudo no interior desta forma social também parta do mesmo princípio exclusivista, sobremaneira aqueles ligados diretamente às mais altas esferas do poder político e econômico, como é o caso das RI.

Essa constatação é o que embasa, por exemplo, o argumento de Fernandez (2019), que aponta nossa área como cúmplice do projeto colonial e, por isso mesmo, participante do processo histórico de epistemicídio, uma vez que as perspectivas dominantes da área, supostamente rivais, partilham de um núcleo comum, na medida em que “tanto perspectivas

realistas como liberais das Relações Internacionais reificam uma ‘história única’¹², embora narrada como universal” (FERNANDEZ, 2019, p. 458).

Neste sentido, é interessante destacar que o próprio processo de justificativas em favor da autonomização da disciplina tenham partido desse núcleo comum e reivindicado enquanto seu mito fundador a relação entre as grandes potências sem sequer *considerar* o papel das periferias, até então colônias formais, quando não totalmente ignoradas, tomadas tão somente como *objeto* de disputa. Muito embora nas últimas décadas, como já dissemos, a posição mais tradicional de nossa área venha sendo contestada, a própria apresentação e recepção a ingressantes - estudantes nos primeiros períodos da graduação, por exemplo - costumeiramente recorrem a essa mesma narrativa, sem questionar os efeitos duradouros da repetição do mito. Como nossa área continua se apresentando como imediatamente atrelada às decisões dos Estados mais poderosos, advogando para si o papel de “conselheira do Príncipe” sobre os assuntos da Guerra e da Paz, pessoas que queremos estudar assuntos que não versem diretamente sobre este tópico, por mais “internacionais” que sejam nossos “objetos”, acabamos sendo obrigadas a “pagar” grandes “pedágios” para conquistar alguma legitimação em nossos trabalhos, recorrentemente taxados por nossos pares como se não pertencessem à área, com variações sobre o mesmo bordão: “isso não é trabalho de RI”.

Para retomarmos a problematização do diálogo entre os saberes e as ciências no que toca a autonomia das disciplinas, temos que perceber que esse esforço didático-científico, como não poderia deixar de ser, também se assenta sobre referenciais ontológicos e epistemológicos *específicos*, e, portanto, as discussões sobre recortes, recursos, liberdade de cátedra, capacidade de organização das erudições, dos conhecimentos, das categorias e dos conceitos elaborados no interior da disciplina deveriam ser reconhecidas como passíveis de questionamento. E o mesmo, evidentemente, pode ser dito sobre a relação dessa supostamente autônoma disciplina (RI) com outras que também versam sobre assuntos internacionais (como é o caso do Direito, da Economia e da História, dentre muitas outras).

Para o professor de Relações Internacionais na Universidade de Sussex, Justin Rosenberg (2016), a Sociologia, a História e a Geografia conseguem dialogar com outras disciplinas porque são autônomas e especializadas em características particulares da realidade (estrutura social, temporalidade e espacialidade, respectivamente), de modo que este deveria

¹² Faz referência à palestra *O perigo da História única*, em evento do Technology, Entertainment and Design (TED), em 2009, proferida por Chimamanda Ngozi Adichie, posteriormente transformada em livro. Adichie (2019) revela que a história única é responsável por criar e fortalecer os estereótipos. Apesar disso, não quer dizer que os estereótipos sejam mentiras em sua completude, mas que são *incompletos* e fazem com que uma história, versão ou recorte específico se torne a única história sobre aquele continente, país, pessoa e/ou situação.

ser o esforço das Relações Internacionais, que estaria, em seus termos, dentro da “prisão da Ciência Política”. Segundo Rosenberg - concordando com o supracitado Halliday - o maior potencial das RI se encontra no “internacional”, pois é ele quem também justifica a sua existência como disciplina acadêmica. Nessa direção, Rosenberg salienta o caráter *múltiplo* da vida social, e que é essa multiplicidade que *gera* o próprio internacional enquanto *dimensão do mundo social*. Em linhas gerais, a dimensão internacional não seria unicamente uma questão de relações *externas*, pois é através da *interação entre as multiplicidades* que se forma a composição interna das próprias sociedades “nacionais”. Nesta linha, a disciplina de RI teria o que dizer para si mesma e para outras disciplinas, tanto no âmbito prático quanto teórico, tendo em vista que em vez de falar sobre os significados/conceitos de classe, gênero, linguagem, etc., que seriam melhor discutidos em disciplinas voltadas à essa tarefa (Política, Antropologia, Linguística etc.), ela exploraria o significado *internacional* das classes, gêneros e idiomas, entre outros assuntos. Dessarte, o internacional seria a (uma das) parte que faltava no quebra cabeça das Ciências Sociais (ROSENBERG, 2016).

Temos, portanto, aqui, pensando a partir dos conceitos, duas dimensões do problema: a seleção dos mesmos (delimitação do campo/escolha do objeto específico) e a maneira de trabalhá-los (metodologia). Dessa forma, temos que nos deparar com o problema das esferas consolidadas de conceitos, discursos, práticas, teorias, metateorias e premissas e a relação que podem causar com maior ou menor impacto em determinados caracteres - políticos, sociais, culturais, militares, estratégicos, econômicos e comerciais, entre outros.

Segundo Thales Castro (2012), em seu livro *Teoria das Relações Internacionais*, em pensamento de certo modo distinto do de Rosenberg, qualquer teoria de Relações Internacionais deve refletir sumariamente o pensar e agir dos sujeitos no ambiente externo. De maneira categórica, para ele toda teoria de Relações Internacionais é uma forma de saber internacional – saberes internacionais – caracterizado pela complexidade e pelos inter-relacionamentos, e simboliza a forma ordenada de assimilar, explicar e decifrar o mundo em que vivemos. Sobre o termo Teoria das Relações Internacionais (TRI), Castro propõe usá-lo de maneira intercambiada com o termo “saber internacional”, a fim de alterar a nomenclatura no singular e plural. “Saber, teoria e epistemologia internacional fazem parte, portanto, de um mesmo bojo científico que tem por objetivo descrever, explicar, prever e prescrever sobre os vários fenômenos das Relações Internacionais com seus vários atores” (CASTRO, 2012, p. 309). Mas pode-se perceber nitidamente que, ao tratar da epistemologia internacional, Castro (2012) parte de uma lógica hegemônica de produção e replicação de conhecimento no *campo*, que forma pontualmente como enxergamos “o mundo” e a validação da interpretação da realidade

internacional e, por isso, fala apenas das escolas “clássicas” de pensamento em Relações Internacionais, seus principais teóricos, seus desdobramentos, suas premissas, seus discursos e suas críticas.

De outra perspectiva, Marta Fernández (2019) critica como as Relações Internacionais delimitam essa geração do conhecimento, principalmente quando se trata da esfera teórica, na qual percebe-se nitidamente a ênfase em perspectivas “realistas” e “liberais” das Relações Internacionais e na ratificação de narrativas vindas de um mesmo e único lugar. Acerca da superação e abertura epistemológica, a autora diz que

o reconhecimento do caráter situado e provinciano das teorias *mainstream* das Relações Internacionais é o primeiro passo para abertura do campo para o pluriverso, para outras epistemologias e visões de mundo incomensuráveis em relação às formas violentas de lidar com a alteridade prevalentes desde os primeiros encontros coloniais (FERNÁNDEZ, 2019, p. 472).

Voltamos uma vez mais ao problema das perspectivas críticas que vêm, ao longo das últimas décadas, tensionando a área em direção a um maior alargamento de suas possibilidades. O que precisamos retomar aqui é que esse movimento é caracterizado pelo interesse em tradições epistemológicas distintas das “originais”, delimitadas pelo racionalismo de procedência iluminista.

Na defesa desse argumento, Elizabete Rocha e Virgínia Góes (2013) esclarecem o porquê devemos adquirir conhecimento e sabedoria com o Sul. Segundo as autoras, é por meio do aprendizado com o Sul que há a experimentação e o compartilhamento das experiências de exploração epistemológica, econômica, de anulação cultural, social e política pelas quais passaram as regiões colonizadas, e por isso, é possível reconfigurar as formações subalternas e criar alternativas aos processos excludentes. Na concepção dessas autoras,

esse processo de abalo das concepções hegemônicas de poder será muito bem analisado pela vertente chamada por muitos de *reflexivista* ou, como chamado por outros, *interpretativista*, a qual engloba perspectivas pós-modernas/pós-estruturalistas, dentre as quais estão a teoria crítica, os feminismos e a crítica pós-colonial. A partir deste arcabouço plural iniciaram problematizações em diversas áreas do conhecimento – desde a Sociologia, Antropologia, passando pela Linguística, Filosofia, Historiografia e Crítica Literária – sobre as estruturas de poder, suas origens e os mecanismos de manutenção das mesmas. É então que estas perspectivas conseguem se inserir aos poucos nos estudos das Relações Internacionais. (ROCHA: GÓES, 2013, p. 370-371).

Dentre as muitas matrizes de pensamento que caracterizam o pluriverso do Sul, gostaríamos de destacar aqui a importância de nos atentarmos às *epistemologias negras*, com suas insurgências e deslocamentos intelectuais. É assim que Juliana Bartholomeu (2021) trata das interpretações de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, e destaca o lugar da mulher negra na

formação histórica, no pensamento social brasileiro e nas relações sociais efetivas da sociedade brasileira contemporânea. Com suportes escritos das autoras mencionadas acima, Bartholomeu (2021) ilustra as formas pelas quais as perspectivas das mulheres negras se apresentam. Aparecem com destaque como os recortes de raça e gênero são mobilizados na direção de uma crítica da montagem do conhecimento hegemônico sobre a realidade brasileira, o que perfaz a incessante problematização das condições de seleção, produção, circulação, esquecimento e invisibilização do conhecimento, o qual adveio das negras e negros desde a história colonial e nacional do Brasil, apesar de muitas resistências e grandes exemplos que conseguiram “furar a bolha”.

Sob nossa ótica, podemos extrapolar o argumento da autora para ressaltar que essas críticas podem ser aplicadas para a esfera internacional, na qual ocorre a mesma negação e invisibilidade no que se referem a nações, sujeitos, povos e informações. Mais do que isso, essa imbricação entre o “doméstico” e o “internacional” nos parece uma trilha imprescindível para discutir a produção intelectual e relações raciais a partir de um prisma da questão da invisibilização histórica colonial, uma vez que o pensamento científico ocidental fabrica um controverso discurso hegemônico apto em atizar a subordinação de certos grupos. Nas palavras da autora, “[...] as condições históricas constituíram privilégios sociais e epistemológicos para certos grupos e uma das consequências disso foi a constituição de um discurso hegemônico de leituras sobre os problemas sociais” (BARTHOLOMEU, 2021, p. 12).

Muitas das questões aqui levantadas são silenciadas ou nem mesmo abordadas pelas RI e tampouco pelas *teorias mainstream* das Relações Internacionais. De acordo com Karine Silva (2021), o padrão de dominação colonial fundado na raça e no gênero ainda segue em operação nas RI. Por isso, as dinâmicas raciais e de gênero têm sido categoricamente excluídas das análises do Sistema Internacional pelas teorias tradicionais da área. Uma dimensão interessante destacada pela autora é que o silenciamento desses temas se dá a despeito do fato de que a política internacional permanece vocacionada pelo poder e de maneira estrutural, as relações raciais e de gênero *sejam* relações de poder. Neste caso, é necessário perceber que o racismo e o sexismo podem permear a ontologia e a epistemologia da disciplina, ao que a autora declara que o não reconhecimento da outra e do outro mantém as conformações hegemônicas, precipuamente nas relações de poder hierárquicas.

Não se trata, como faz parecer em certas circunstâncias, de uma questão que pode ser *resolvida* com o deslocamento da origem do conhecimento e das pessoas que o produzem. Trata-se, ao mesmo tempo, de compreender os *efeitos* que esse deslocamento *pode* proporcionar na própria teorização, porque, desta perspectiva, na medida em que as características

epistemológicas das perspectivas dominantes são tensionadas, outras maneiras de produzir conhecimento se somam a outros assuntos e outras abordagens. O problema, portanto, não se esgota na questão de quem produz o conhecimento, mas também na escolha dos objetos, delimitação do campo de estudo, teorias, metodologias etc.

Aline Di Giuseppe (2019), por exemplo, destaca uma característica importante das epistemologias negras que muitas vezes se apresentam entre as e os intelectuais negras/os que se inserem na universidade e que, nem por isso, deixam de manifestar explicitamente características pessoais e coletivas que marcam sua trajetória, com dados autobiográficos que explicitam subjetividades e inserção em movimentos sociais, desafiando assim, de forma aberta, a suposta “neutralidade da ciência” e a suposta separação entre teoria e prática.

Grada Kilomba (2019), por sua vez, em *Quem pode falar?*, demonstra que os próprios conceitos de *conhecimento*, *ciência* e *erudição* - normalmente tomados como premissas inquestionáveis - estão atrelados ao poder e à autoridade racial. Por conseguinte, ela provoca questionamentos sobre quais são os conhecimentos que fazem parte das agendas acadêmicas, quais não fazem, quem possui e pode ensinar sobre conhecimento, quem está no *centro* e quem está às *margens*¹³ desse processo. De maneira sistemática, por conta do sistema racista, as vozes de pessoas negras têm sido desqualificadas e invalidadas, e, portanto, o espaço acadêmico não é somente um espaço de conhecimento, mas também espaço de violência epistêmica.

Uma das referências mais importantes de Grada Kilomba é a professora e intelectual estadunidense, discípula de Paulo Freire, bell hooks, a quem já nos referimos anteriormente. Pode-se dizer que embora bell hooks produza a partir da pedagogia, da crítica das artes e outros campos do conhecimento que não costumam dialogar de modo direto com as RI, temos notado recentemente o reconhecimento das contribuições dessa autora em nossa área. Além das questões sobre o feminismo e o movimento negro, nos interessa destacar que a própria reflexão sobre os processos de teorização da autora tem tido destaque, exemplificadamente isso é visto no artigo *A teorização em Relações Internacionais no Brasil importa?* - detalhado em outro momento do trabalho. Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), a autora questiona de forma veemente as supostas separações entre *sujeito* e *objeto* e

¹³ Nas palavras de Kilomba, “[...] o centro ao qual me refiro aqui, isto é, centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras” (KILOMBA, 2019, p.50). Sendo assim, “a margem e o centro de que estou falando aqui referem-se aos termos margem e centro como usados por bell hooks. Estar na margem, ela argumenta, é ser parte do todo, mas fora do corpo principal” (KILOMBA, 2019, p. 67). “[...] Nesse sentido, a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um ‘espaço de abertura radical’ (hooks, 1989, p. 149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão. E aqui que as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como ‘raça’, gênero, sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas” (KILOMBA, 2019, p. 68).

teoria e prática, além de ressaltar a importância de pessoas negras assumirem a tarefa de produção teórica. Além disso, em suas reflexões sobre os processos educativos como um todo, também podemos pensar sobre um ponto que já abordamos: os problemas decorrentes do hábito de ensinar TRI sempre a partir do reforço do mito fundador que nos exclui. As contribuições da autora são muito ricas e plurais, de modo que também poderíamos destacar *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019a), em que disserta sobre os impactos que a falta de explicações críticas humanizadas produzem no escritor ou escritora de qualquer grupo colonizado, oprimido e que faz esforço para falar. Em seus termos, “como estratégia de sobrevivência, muitos indivíduos de grupos oprimidos aprendem a reprimir ideias, especialmente aquelas consideradas opositoras” (HOOKS, 2019a, p. 327). Em outro livro seu, *Olhares negros: raça e representação*, hooks (2019b) instrumentaliza de que modo a partilha do conhecimento e de informações entre mulheres negras, bem como da teoria crítica, é crucial para o desenvolvimento da subjetividade racial da mulher negra, no qual deve-se encarar as histórias escritas que apagam e negam outras histórias, apontando novamente para uma dimensão fundamental, muito negligenciada pelas abordagens tradicionais das RI: o *ensino de teoria*.

1.2 O exercício de teorizar e as Teorias das Relações Internacionais (TRI)

Quando ingressamos no curso de Relações Internacionais - e essa parece ser uma característica recorrente, pelo menos nos cursos brasileiros - somos ensinadas e ensinados que as teorias tradicionais das Relações Internacionais (RI) possuem grande poder explicativo sobre as temáticas referentes à guerra, estrutura, anarquia, política, segurança, poder e/ou cooperação, com realce no papel do Estado-nação de garantir a sobrevivência, estabelecer relacionamentos e se projetar no Sistema Internacional. Também se ensina que, com o passar dos anos, as relações de diferentes naturezas - econômicas, militares, culturais, políticas, diplomáticas, comerciais, entre outras - estabelecidas no âmbito internacional, passaram por mudanças, seja com o surgimento de novos atores, novas perspectivas, novas demandas ou de novos paradigmas. Conforme já argumentamos, observando retrospectivamente, notamos que o campo teórico das Relações Internacionais (TRI) foi - e possivelmente continua sendo - basilar para a *área* de Relações Internacionais (RI) afirmar-se como *campo de estudo, disciplina e ciência* autônoma. Neste sentido, é importante enxergar as potencialidades e os desafios envolvidos na forma como o plano teórico e a produção de conhecimento encaminharam-se.

Para Halliday (2007), o desenvolvimento das RI, e de outras Ciências Sociais, são frutos de três círculos concêntricos de influência: “a mudança e o debate dentro da própria disciplina, o impacto dos desenvolvimentos do mundo e a influência de novas ideias de outras áreas da ciência social” (HALLIDAY, 2007, p. 20). Ademais, traça um esboço de como funciona o processo de teorização e ressalta a força existente na *diversidade teórica* das RI. Por sua vez, de acordo com Tim Dunne, Lene Hansen e Colin Wight (2013,) há um forte indicativo das Relações Internacionais continuarem a *reproduzir as teorias dominantes*, sendo laborioso e difícil provocar mudanças, mas não impossível.

Uma transformação nesta direção seria a aceitação, *como ponto de partida*, da variedade teórica, por meio do *pluralismo*, adotado como uma resposta a essa questão, a fim de entender as limitações das Teorias em Relações Internacionais, bem como minuciar a potencialidade de intercâmbio de representações mentais e conhecimentos. Para isso, seria preciso discutir formas de inserção das produções marginalizadas, incluindo as não-Ocidentais, “do Sul” e/ou periféricas ao debate de como produzimos conhecimentos em Relações Internacionais, com o propósito de formular fundamentos teórico-conceituais com capacidade explicativa para acontecimentos e manifestações internacionais enxergadas às suas particularidades. Dessarte, podemos observar os diálogos com as abordagens da teoria crítica, marxista, feministas, ambientalistas, pós-estruturalistas e pós-colonialistas. Destaca-se também a ausência da visita aos conceitos e processos históricos periféricos e que vão além do Ocidente.

A emergência de teorias científicas desperta o interesse de acadêmicos ao redor de diversas partes do globo, nas mais diversas áreas. Seja na Biologia, na Física, na Sociologia ou nas Relações Internacionais, há quem se dedique a estudar o conjunto de ideias, a diferenciar uma teoria de uma hipótese e de uma lei, e mais ainda, quem busque formular uma teoria “com embasamento em anos de observação e pesquisas”, e visa explicar os mais diversos conceitos, fenômenos da natureza e da vida humana. É de se esperar, portanto, que haja muitas maneiras diferentes de se empreender tal tarefa sendo cada uma dessas maneiras informada por contextos específicos, sendo, por conseguinte, razoável encontrarmos diferentes respostas para a famigerada pergunta: Mas, afinal, *para que serve a teoria?*

João Nunes (2012), pensando a partir das RI, afirma que há três propósitos fundamentais da teoria: o de análise da realidade; o de constituição da realidade; e o de prática política. Em específico, no caso da teorização em Relações Internacionais, o autor traz colocações acerca das potencialidades de mobilizar questões, conceitos e modificações na área. Nas palavras dele,

a teoria é, ou deve ser, uma intervenção no mundo. Fazer teoria das relações internacionais é participar (de forma mais ou menos modesta, dependendo das capacidades e da audiência de cada um) na definição da política internacional. Na

medida em que se debruça sobre as grandes questões mundiais – como a guerra, a pobreza ou a cooperação – e devido à crescente interdependência entre sociedades, a teoria das relações internacionais deve ser vista como um local privilegiado para a legitimação de políticas e, potencialmente, para a transformação das mesmas (NUNES, 2012, p. 20).

Em termos abrangentes, pensando na teorização em geral, bell hooks (2013), no capítulo intitulado *Teoria como prática libertadora*, argumenta, a partir do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire, que a teorização fundamentada na dor e na luta tem forte potencial de autorrecuperação e libertação coletiva, além de carregar o potencial de intervir na realidade para desafiar o *status quo*. Em meio a esse processo, a autora defende não existir brecha entre teoria e prática. “Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas – um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra” (HOOKS, 2013, p. 86). Esta perspectiva é corroborada por Heleieth Saffioti (2015), que afirma que a teoria é muito importante pelo potencial de efetuar acentuadas transformações na sociedade. Em *Gênero, Patriarcado e Violência*, ela esmiúça as tarefas mais urgentes das teóricas feministas acerca da libertação/distanciamento das categorias patriarcais da construção de pensamento¹⁴. Ainda não é o momento de nosso texto em que iremos detalhar a discussão sobre gênero. A intenção aqui é apenas apontar que - na linha do que tratamos anteriormente - de acordo com algumas perspectivas teóricas - este tipo específico de feminismo incluso - a construção do pensamento acadêmico não deve ser divorciada da perspectiva pessoal.

Kenneth Neal Waltz, por outro lado, um dos mais renomados autores das Teorias das Relações Internacionais, parte de bases epistemológicas distintas, informado por concepções “ocidentais” de conhecimento acadêmico. Waltz, em suas principais obras, procurou examinar os fatos *constantes* do Sistema Internacional, para assim construir uma teoria da *política* internacional que pretendia remediar os defeitos das teorias de então. Ou seja, o autor queria

¹⁴ A própria autora reivindica o conceito de *patriarcado* e se debruça em pleitear o conceito de *gênero*. Saffioti (2015) argumenta que o patriarcado é característico das relações de gênero, presentes nas hierarquias e desigualdades. Sistemáticamente, patriarcado não se trata de uma relação privada, mas civil; concede direitos aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições, – molda um “tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; – corporifica-se; e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 60). “Para situar a leitora e o leitor, talvez convenha tecer algumas considerações sobre ‘gênero’. Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

produzir uma teoria da política internacional que fosse válida para todo momento histórico, procurando entender como é o funcionamento *geral* do Sistema Internacional, sobretudo quanto às questões da Guerra e da Paz - o tema “clássico”, por excelência, de nossa área. É fundamental anotar, contudo, que para o Waltz não se tratava de produzir uma teoria das *relações* internacionais, mas, sim, uma teoria da *política* internacional. Daí que o título de uma de suas obras principais é *Theory of International Politics*, erroneamente traduzido pela editora portuguesa Gradiva - até hoje a única disponível em nossa língua, por *Teoria das Relações Internacionais*. A despeito disso - e em nosso juízo esse fato é muito significativo - o escopo teórico formulado por Waltz, posteriormente foi entendido como “realista estrutural” e alçado à condição de grande referência das Relações Internacionais. É interessante notar que Waltz começa justamente com ponderações sobre o que se espera de uma “teoria”, quando afirma que, “[...] segundo uma definição, teorias são compilações ou conjuntos de leis características de um comportamento ou fenômeno particular” (WALTZ, 2011, p. 14). Mas, em sua concepção, as teorias devem ser entendidas como algo que *explica* as leis e, portanto, tendem a ser quantitativamente bem mais complexas que as leis. Waltz (2011, p. 33) acrescenta ainda que a construção das teorias tende a ser tarefa primordial, na qual necessitaria uma maior atenção para as probabilidades de delinear algumas explicações dos padrões e eventos internacionais que nos interessam. Para ele,

as teorias não emergem dos esforços para estabelecer leis, mesmo quando esses esforços têm êxito. A construção de teoria é uma tarefa primordial. Devemos decidir em que coisas nos concentrarmos de forma a termos uma boa probabilidade de delinear algumas explicações dos padrões e eventos internacionais que nos interessam (WALTZ, 2011, p. 33).

Outros dois renomados autores em nossa área, ainda que de uma perspectiva “crítica”, são Robert Cox e Fred Halliday. Cox (1981), em *Social forces, states and world orders: beyond international relations theory*, diz que uma teoria não é algo *universal*, mas é sempre para algo, com algum propósito, e para alguém. A partir daí, busca defender também que as Teorias das Relações Internacionais estão envolvidas na mudança substancial das formas políticas já estabelecidas e, sendo assim, têm uma visão que é derivada, essencialmente, de uma posição social e política capaz de pensar paradigmas e premissas. Já Halliday (2007), em *Repensando as Relações Internacionais*, indica que, enquanto disciplina, as Relações Internacionais, embora apresentem grande diversidade teórica, desenvolveram-se, essencialmente, em universidades britânicas e estadunidenses, e como uma derivação teórica de outras disciplinas das Ciências Sociais.

Já o professor brasileiro Renan Holanda Montenegro (2015), estudioso das relações internacionais da China e da produção teórica daquele país, aponta que a “jovialidade” das

Relações Internacionais também é refletida no campo *teórico* da área, em que a produção esteve por um longo período concentrada e dicotomizada entre a teoria realista e a teoria liberal, predominantemente teorias tradicionais. “Nas últimas décadas, contudo, é nítido o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas dentro da disciplina, com algumas delas até conquistando algum lugar de destaque, como o Construtivismo e a Teoria Crítica” (MONTENEGRO, 2015, p. 242).

Na apresentação do já citado livro *Teoria das Relações Internacionais*, de Thales Castro, Paulo Roberto de Almeida (2012), professor e diplomata brasileiro, explica que o conjunto de obras bibliográficas na extensão das relações internacionais mira vigorosamente seus esforços para os estudos de casos e para a interpretação, história e análise da política externa brasileira, e por isso, não nos dedicamos abundantemente em trabalhos teóricos.

Ainda para Almeida (2012), repara-se que os livros que incluem o termo “teoria” no título ou em suas premissas fazem propriamente uma síntese das teorias mais “usuais”, as correntes mais influentes, em geral oriundas das academias europeias e/ou estadunidenses. Tais livros são voltados para apresentar erudições e fraquezas das elaborações teóricas em RI, mas não contém aplicações tangíveis da teoria e conceitos em causa ao caso brasileiro e, muito menos, oferecem uma teoria própria adequada ou adaptada ao Brasil e países em paridades semelhantes. Desse modo, não seria profícuo que houvesse uma estagnação ao se limitar às teorias e orientações de teóricos e teóricas dos países centrais.

Existem uma amplitude de manuais que direcionam os recortes teóricos das RI, dentre os quais podemos destacar *Teorias das Relações Internacionais: Correntes e Debates* de João Pontes Nogueira e Nizar Messari, *Fifty Key Thinkers in International Relations* de Martin Griffiths, *International Relations Theory* de Paul R. Viotti e Mark V. Kauppi e *Teoria das Relações Internacionais* de autoria de Daniel Jatobá, coordenado por Antônio Carlos Lessa e Henrique Altemani. Estes manuais, que são uma pequena amostra de uma extensa linha editorial, e apresentam um panorama geral do que reiteradamente é confinado como “Teoria das Relações Internacionais”, com seus principais “paradigmas” e “escolas de pensamento”. Em alguns casos incluem obras e autores daquela teoria específica, ou simplesmente fazem generalizações e explicam os principais debates do campo. Embora haja o que aproveitar desses manuais, enquanto fornecedores de instruções e de “unificação” de conteúdos, eles são por sua própria característica superficiais - quando não, o que é frequente, caricatos. Sob nosso ponto de vista, diferente do que se costuma realizar no ensino das TRI, esses manuais não constituem o melhor caminho para conhecer a obra de um autor/uma autora, para o que seria fundamental que o/a estudante interessada/o leia diretamente a obra em questão. Mais do que isso, conforme

já sugerimos anteriormente, defendemos que é necessário questionarmos sobre os efeitos negativos de constantemente reforçar acriticamente o mito fundador de nossa área para as perspectivas periféricas.

Para ilustrar esse argumento, recorremos a duas explicações recortadas de manuais. De acordo com Daniel Jatobá (2013), quando tratamos das Relações Internacionais enquanto área do conhecimento, também falamos de uma *comunidade acadêmica conhecedora da temática internacional*. Para ele, a formação dessa comunidade é baseada na identificação com a disciplina e na engenhosidade dos esforços para produzir saberes sobre a realidade internacional, independente dos locais e momentos, mas que isso não necessariamente significa que precisa haver um acordo absoluto de como e do que se deve estudar e interpretar as relações internacionais. Já João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005) acreditam que as TRI têm por finalidade elaborar conceitos e métodos preparados para entender o funcionamento e a natureza do Sistema Internacional e, em função disso, as RI carecem de *uma* teoria que sustente essa especificidade. Dessa forma, sugerem que sejamos uma disciplina qualificada em reunir estudos e pesquisadores/as assíduos às relações internacionais. Do nosso lado, pontuamos uma vez mais que grande parte dos figurões estudados nas/pelas TRI não tinham a pretensão de contemplar tais quesitos e ainda assim são absorvidos e canonizados, enquanto outros e outras, com potencialidade para trazer novas camadas e contornos não são, o que mostra a arbitrariedade dos critérios levados em consideração na hora de estipular “o que faz parte das TRI”.

Ressalta-se que, quando selecionadas exclusivamente por esse prisma, temos que durante as primeiras décadas, após a Primeira Guerra Mundial, tanto as Teorias das Relações Internacionais (TRI), quanto a área Relações Internacionais (RI) se concentraram quase exclusivamente no que se convencionou chamar de “Primeiro Grande Debate”: Realismo x Idealismo. Com o passar dos anos, mais especificamente nos anos de 1990, voltaram-se para o “Segundo Grande Debate”, intitulado “Debate Neo-Neo”, Neorrealismo x Neoliberalismo. Com o surgimento do chamado “Terceiro Debate”, Positivismo x Pós-positivismo, houve, e ainda há, uma forte discussão entre os/as positivistas e os/as pós-positivistas. Ou seja, entre aquelas e aqueles que defendem uma abordagem mais economicista e os de uma abordagem mais sociológica para a elucidação dos tantos fenômenos internacionais (MONTE, 2013). “Assim sendo, o terceiro debate representa um desafio à hegemonia do pensamento chamado positivista, que se prolongou da década de 50 até meados dos anos 80 e, pode-se dizer, ainda compõe o centro da disciplina” (MONTE, 2013, p. 60). Ainda de acordo com Izadora Xavier do Monte (2013), o surgimento das reflexões despertadas pelos/pelas pós-positivistas, e as transformações ontológicas e epistemológicas foi um fomentador medular para a abertura de

espaços na disciplina (RI)¹⁵. Nesta acepção, é possível enxergar uma incorporação, ainda que tímida, no interior das TRI, de abordagens/teorias mais marginalizadas, tais como as pós-modernas; a dita teoria crítica; o marxismo; as perspectivas pós-colonialistas; e as perspectivas feministas, que tomamos aqui como caso emblemático das - ao nosso ver desnecessárias - confusões que decorrem da insistência em repetir exaustivamente esses debates como estruturantes de nossa disciplina.

Como o primeiro debate teria sido entre realistas e idealistas e o segundo debate teria sido travado entre neorrealistas e neoliberais, o feminismo teria impactado as RI somente a partir do terceiro debate. Mas essa visão é muito controversa, especialmente se considerarmos a produção feminista anterior a este período. De acordo com J. Ann Tickner (2001), por exemplo, a *participação* das mulheres no campo das Relações Internacionais já acontecia, de maneira encoberta, desde antes desse debate, embora o *aprofundamento* dessa participação vem de fato com o debate entre os positivistas e os pós-positivistas, em detrimento das críticas às visões tradicionais da disciplina, sobretudo aquelas advindas do pensamento realista. Mariana Selister Gomes (2021), professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), na Conferência de Abertura intitulada “Movimentos Teóricos”, promovida pelo II Seminário MaRIas IRI USP, por sua vez, discorda. Para ela, muito antes de, na década de 1990, o Feminismo supostamente ter encontrado as RI no tal Terceiro Debate (com o Reflexivismo, o Pós-Positivismo e o Construtivismo), com Cynthia Enloe e Ann Tickner, temos ampla produção feminista no âmbito das RI em diversos outros contextos, tais como na Revolução Francesa com Mary Wollstonecraft e a esfera teórica dos contratualistas, na Revolução Industrial com Rosa Luxemburgo e as “perspectivas radicais” e com o marxismo e na Revolução Cultural com Simone de Beauvoir.

Portanto, o que está em disputa é, em certo sentido, a validade de *pelo menos* mais de dois séculos - entre a Revolução Francesa e o Fim da Guerra Fria - de produção feminista para

¹⁵ É válido ressaltar que, ao apresentar os debates teóricos em Relações Internacionais, estamos apenas localizando aquelas/aqueles que irão ler o trabalho de que forma as RI estão *convencionalmente* estruturadas. Ainda que não apoiemos esse arranjo, ele está presente em altíssimo grau nos livros, manuais, aulas, palestras, programas de disciplinas, artigos e revistas da área. Acerca da agenda e porção dos debates — três, quatro, ou até mais, existem questionamentos da própria existência de cada um deles, discordâncias sobre a quantidade e do que as correntes teóricas e os debates buscam articular. Para mais, sugerimos a leitura de *Debates teóricos em Relações Internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” neo-neo* de Demetrius Cesario Pereira e Rafael Assumpção Rocha. *Cox e as teorias das Relações Internacionais na década de 1980: um balanço do debate entre a teoria problem-solving de Waltz e a perspectiva crítica coxiana a partir do conceito de estrutura* de Paulo Victor Zaneratto Bittencourt e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos e *Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo* de Eduardo Barros Mariutti.

as RI. Talvez alguém venha a objetar que essas autoras citadas não produziram *a partir* do campo das RI e *na intenção de produzi-lo*, o que é, evidentemente, verdadeiro. Mas esse é também o caso, como dissemos, de autores como Kenneth Waltz e Martin Wight, ao que poderíamos acrescentar também muitos outros que costumam receber reconhecimento em nossa área, como são os casos de John M. Keynes, Carl Schmitt e Normal Angell - para ficarmos em apenas três exemplos, de orientações políticas distintas. Isso além do fato de que *todos* os *clássicos* que produziram antes da institucionalização do campo, como são os casos de Tucídides, Immanuel Kant e Nicolau Maquiavel, por exemplo, por suposto, jamais poderiam atender a esse critério, apesar de fazer parte da canonização de nossa área.

Se tivermos essa consideração *como ponto de partida*, diversas contribuições feministas que versam diretamente sobre aspectos internacionais poderiam ser exploradas. Para ficarmos apenas nos exemplos “mais recentes”, quando o campo já se encontrava *institucionalmente* constituído, Gomes (2021) indica ainda, que, a partir da década de 1970 até a atualidade poderíamos estudar Angela Davis (além de sua própria biografia, exemplarmente *internacional*, poderíamos aprender muito com suas obras, como, pra ficar em um único exemplo, *Mulheres, Raça e Classe*), Heleieth Saffiotti (Exploração e Dominação), Raewyn Connell (Masculinidades globais), María Lugone (Colonialidade de gênero), Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins (Interseccionalidade) e Lélia Gonzalez (Afro-latino-américa), a quem dedicamos atenção especial no último capítulo deste trabalho.

Neste sentido, acompanhamos também Ana Clara Telles C. de Souza (2014), quando afirma que ao abrir caminhos para repensar os postulados ontológicos e epistemológicos em RI, não só as abordagens/teorias feministas são capazes de desafiar as diversas “certezas” disciplinares, sobretudo no que tange às concepções e o conceito de política, poder e segurança, mas tantas outras teorias negligenciadas são capazes de assim fazer. Para mais, essas novas nuances na produção de conhecimento, possibilitam uma maior atenção para diferentes conceitos que podem ser incorporados ao “internacional”.

Voltando a um ponto ao nosso entender fundamental, precisamos lembrar que “o “internacional” não é algo “lá fora”” (HALLIDAY, 2007, p. 34). Com essa frase, Halliday (2007) frisa que o “internacional” não é uma área que pode ser ignorada, especialmente ao levar em conta que *o internacional antecede e desempenha um papel formativo na constituição e emergência do Sistema, do Estado e das relações estabelecidas entre ambos*. Ademais, o autor conta que os estudos acadêmicos procuraram acompanhar as mudanças presenciadas pelo mundo, os quais possibilitaram um alargamento do que se enquadra no “internacional”. Então,

acreditamos que isso pode ser alargado para como esse internacional se molda em termos, não apenas de debates teóricos, mas também de perspectivas, espaços, temáticas e conceitos.

Ao discorrer sumariamente a caminhada feita pelas Relações Internacionais, Emanuel Mendes (2019) aponta de que modo as percepções estadunidense e europeia moldaram como a disciplina é estruturada, indicando inclusive que as *teorias* das Relações Internacionais também têm uma forte ligação com a compreensão da história Ocidental anglo saxônica das relações internacionais. “Neste sentido, a profunda ligação entre os contextos históricos das RI e o surgimento e desenvolvimento de teorias das RI é o primeiro ponto que temos de assumir para compreendermos melhor os seus conceitos e teorias” (MENDES, 2019, p. 11).

Toda essa exposição tem o propósito de causar inquietações, e, mais uma vez, lançar problemáticas sobre a forma como ainda estudamos, escrevemos e passamos à frente as bases teóricas de Relações Internacionais, sobre os conhecimentos que estamos sucumbidos e aqueles (aquele) que supervalorizamos e perpetuamos sobre as ideias e conceitos que guiam nossas contestações e quem são aqueles/aquelas que convocamos para fazer parte da grande mesa de interlocuções.

Mas antes de passar ao próximo tópico, no qual discutiremos a abordagem teórica que parte de conceitos, ainda precisamos retomar um ponto que de certa maneira se tensiona a partir dos comentários que vimos fazendo e que é importante trazer à tona: a questão do pluralismo. Ainda que este não seja o objeto central de nosso trabalho, esperamos demonstrar que o desvio se justifica e pretendemos tratar o assunto de forma detalhada em trabalhos futuros.

Como dissemos anteriormente, o pluralismo é *uma* das formas pelas quais as perspectivas marginalizadas podem se fazer presentes em nossa área, e é uma das que tem sido mais importante. Grosso modo, a postura pluralista - que é de matriz liberal - pode muitas vezes chegar à conclusão de que toda forma de pensar é válida e deve ter seu espaço na disciplina. Essa postura acaba se refletindo nos cursos introdutórios e no mercado editorial, em especial nos manuais. Podemos perceber que não é raro manuais que abordem perspectivas periféricas e pode-se dizer, inclusive, que a maioria o faz. Entretanto, é preciso problematizar a *forma* como isso se dá. Por um lado, podemos notar um tratamento superficial e apressado, dedicando longos capítulos às teorias dominantes e poucos parágrafos às perspectivas marginalizadas - feminismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo etc. - usualmente agrupadas sob grandes rótulos que não exploram a diversidade e tensionamentos entre elas, que possuem contribuições específicas e muitas vezes contraditórias. O mesmo pode ser dito dos cursos, em que muitas aulas focam nas perspectivas dominantes e sobra muito pouco tempo para “posturas críticas”. Por outro lado, percebe-se que muitas vezes a própria estrutura editorial leva os manuais a

incorporarem as perspectivas marginais com mais ou menos o mesmo cuidado que dedicam às perspectivas dominantes. Já indicamos que pela própria natureza dessas obras, esse conhecimento é muitas vezes superficial e caricato, mas esse ainda não é o único problema.

Aqui precisaríamos abrir uma digressão que escaparia demais de nosso escopo para *demonstrar* que, do ponto de vista efetivamente *crítico*, a questão das perspectivas marginais não pode ser reduzida exclusivamente à questão da *representatividade*, *visibilidade* ou alguma variação desses *importantes* problemas. Mas podemos tecer mais um comentário ilustrativo.

Se pensarmos mesmo de forma superficial sobre esses problemas, podemos perceber que o marxismo, por exemplo - a despeito de algumas e alguns representantes - não tem por propósito se apresentar como *mais uma* interpretação válida sobre o mundo, mas criticar as formas de mundo às quais se opõe, denunciando, inclusive, o seu caráter *ideológico*. Do mesmo modo, quando pensamos sobre o anti-racismo, o anti-colonialismo e o feminismo, não nos parece razoável que defendamos que essas perspectivas possam se apresentar como uma “visão alternativa”, “igualmente válida” em relação ao racismo/supremacismo, o colonialismo e o machismo/patriarcado, o que deve soar muito óbvio. Mas, por outro lado, o que também verificamos no interior desses movimentos, como não poderia deixar de ser, é uma enorme diversidade. Já que é possível encontrar pensamentos – de matriz liberal – em que aparentemente *se esgota* na questão da *representatividade*, também podemos encontrar pensamentos radicais que não se contentam em ser mais uma teoria na prateleira das teorias disponíveis, ou mais uma lente entre as várias opções que podem ser *usadas* para a compreensão da realidade. Deste ponto de vista, é uma tarefa do pensamento *radical* em RI demonstrar o caráter *intrinsecamente* contestável - porque racista, colonialista, machista, classista etc. - de um campo construído sobre as bases do realismo, do liberalismo e suas variantes. Assim, além da questão de ocupar o espaço das TRI, precisamos também pensar no que queremos fazer com ele, para que e para quem se dará essa ocupação. Voltemos, agora, à questão dos conceitos.

1.3 Mas, afinal, os conceitos importam?

No livro *International Relations: The key concepts*, parte da coleção Routledge Key Guides de guias com definições e discussões sobre conceitos centrais de um amplo conjunto de disciplinas, traçados por escritoras e escritores de renome em seus respectivos assuntos, Martin Griffiths e Terry O’Callaghan trabalham com 150 conceitos-chave para as Relações Internacionais, segundo eles, necessários para enfrentar os desafios de compreender o mundo contemporâneo. Griffiths e O’Callaghan (2002) consideram os conceitos verdadeiras diretrizes

para qualquer pessoa interessada em assuntos internacionais. Entre esses 150 conceitos das RI, podemos encontrar conceitos de perspectivas marginalizadas, como “capitalismo”, “descolonização”, “diáspora”, “limpeza étnica”, “feminismo”, “refugiados”, “violência estrutural” e “aquecimento global”. Mas também podemos encontrar conceitos correspondentes às perspectivas “tradicionais”, como é o caso da “anarquia”, da “autodeterminação”, “guerra”, “terrorismo”, “diplomacia” e “segurança”.

Como não poderia deixar de ser, os conceitos são aspectos significativos para a composição de conhecimentos e de teorias em geral e isso também acontece em nossa área. Rui Santos (2017), por exemplo, destaca que, na esfera científica das Relações Internacionais o conceito de “anarquia” é uma das bases dos três paradigmas principais de teorização: Realismo, Liberalismo e Construtivismo.

Benildes Maculan e Gercina Lima (2017), considerando as devidas especificidades do seu artigo, sustentam que os conceitos se manifestam como um fenômeno assimilado pelos sujeitos e cuja função é estipulada com base em um dado contexto. As inquições no tocante à aceção do que é o conceito não é algo recente. As autoras aditam que as reflexões sobre os conceitos têm seu marco inicial na Filosofia clássica (Ocidental), com o pioneirismo de Sócrates, Platão e Aristóteles e uma variedade de visões para o seu significado. Recorremos mais uma vez ao dicionário Oxford Languages (2021), no qual conceito é definido como a “compreensão que alguém tem de uma palavra; noção, concepção, ideia”. Segundo Cleber Cristiano Prodanov e Ernani Cesar de Freitas (2013), em termos de conceitos, estes são símbolos manifestadores da abstração intelectualizada da ideia de determinada coisa ou um fenômeno considerado. “Todo o conceito possui uma intenção e uma extensão. A intenção expressa as propriedades, as características que esse conceito diz representar. A extensão indica o conjunto de elementos reais que esse conceito designa [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 132).

Conforme diz Bruno Mariotto Jubran, Ricardo Fagundes Leães e Robson Coelho Cardoch Valdez (2015), no artigo *Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos*, em detrimento das circunstâncias e dinâmicas políticas, históricas, econômicas e geográficas no âmbito do Sistema Internacional houve o impulsionamento do surgimento de conceitos e teorias que compõem o âmago do campo de estudo das Relações Internacionais. Isso em razão de que, nas RI, o processo de entendimento dos eventos internacionais percorre o debate no tocante aos conceitos que são transversais às teorias desse campo do conhecimento.

O livro *Aesthetics and World Politics*, de Roland Bleiker (2009), além de fornecer uma vigorosa argumentação sobre o conceito de “estética” nas/das Relações Internacionais, e

essencialmente, sobre os esforços para teorizar a dimensão estética da *política*, mostra os termos da “resistência linguística”, dos muitos significados - a polissemântica - dos conceitos e de como adquirimos familiaridade com eles. A linguagem utilizada pelo realismo somente parece inteligível por conta da proximidade que as RI têm com ele - e, por suposto, com os processos de ensino de teoria. Para Bleiker, o caso dos conceitos “realistas”, como “equilíbrio de poder” e “interesse nacional”, são compreensíveis e inteligíveis não em razão de algum padrão *objetivo*, mas sim porque foram ensaiados, repetidamente, como parte de um sistema de significados compartilhados que encaminha nosso pensamento para sentidos específicos (BLEIKER, 2009).

Nos contornos dos debates de gênero e feminista, Enndiel Mendes (2021), estudiosa desses temas nas RI, alerta que os conceitos de *gênero* e *sexualidade* passaram a ser discutidos em nossa área, embora de forma moderada, mas foi mantida uma lacuna em relação às dinâmicas políticas e sociais e a constituição dos corpos dos indivíduos subjacentes à essas questões. Inspirada no livro de Fred Halliday, assim como nós, a autora diz que repensar o *campo* das Relações Internacionais e a sua estrutura conceitual, categórica e dos objetos não quer dizer que as contribuições já feitas serão apagadas, mas sim propõe que “novos” estudos façam parte da leitura da disciplina em prol do engrandecimento do conhecimento, o que pode ser estendido em torno das TRI. Mas, insistimos, é preciso pensar em *como* essas questões serão abordadas, apropriadas e - não devemos nos esquecer de que existe essa tendência por parte do pensamento dominante - *esterilizadas*.

Amado Cervo (2008), citado anteriormente, elabora uma longa argumentação no que tange às Teorias das Relações Internacionais e os conceitos. Para ele, o estado atual das teorias apresenta um quadro caótico do ângulo da formulação intelectual ligado às contradições entre teorias e correntes teóricas que os principais manuais da área evidenciam. Outros elementos atrelados a este “caos”, segundo ele, podem ser observados em publicações, até mesmo dos/das mestres experientes, que exibem interpretações das relações internacionais sem se apresentarem como formuladores de teorias *stricto sensu* e no não convencimento das teorias como explicação universal, ainda que por vezes se proponham ser. Ao mesmo tempo, Cervo (2008) destaca duas funções dos conceitos: reavaliar o papel das teorias e estabelecer as capacidades explicativas singulares. Dessa maneira, questiona o alcance explicativo de teorias e conceitos, propõe que seja descartada a pretensão universalista das teorias e aponta a elevação do uso de conceitos aplicados às Relações Internacionais. O autor justifica que

por mais pretensioso que se apresente, o intelectual que lida com as relações internacionais não arranca de sua mente o conceito acabado. A contribuição pessoal é relevante, na medida em que a destilação de conceitos, o arranjo, a tipificação e a

conexão evolutiva, uma soma de tarefas da qual resulta a síntese superior, pertence ao autor, que por vezes acrescenta de próprio. Algo semelhante [*sic*] ocorre no campo das teorias, como bem sabem os estudantes de Relações Internacionais: num extremo, manuais que expõem as teorias alheias; em outro, criações originais e pessoais; no meio situa-se nosso procedimento, uma sistematização de conceitos extraídos, seja de determinada *práxis*, em viagem do empírico ao abstrato, seja de determinada inteligência elaborada coletivamente (CERVO, 2008, p.14).

Ao pensar os conceitos elaborados no interior de uma nação, ou numa determinada região de similaridade cultural e de desígnios externos, Amado Cervo (2008) foca no estudo dos conceitos “brasileiros”. Por meio do pressuposto de que os conceitos expressam *historicidade*, são traçados panoramas de “banir o imperialismo epistemológico das Teorias de Relações Internacionais” e repensar a função da disciplina de Teorias das Relações Internacionais (CERVO, 2008, p. 20-21).

Apesar de concordarmos com as possibilidades que derivam do exercício de teorizar a partir de conceitos, nos parece importante indicar os problemas decorrentes da forma como o autor formula sua proposta e quais seriam as fontes para seus conceitos “brasileiros”. Para Amado Cervo (2008), os grandes contribuintes da formação de conceitos aplicados às relações internacionais seriam os grandes centros de pesquisas, os diplomatas, os “homens de Estado” e os renomados intelectuais, que lançam raízes em frações da sociedade: nos pensadores da nação; nos pensadores do meio acadêmico e nos centros de produção científica que metodicamente analisam a conexão entre o interno e o externo.

Talvez fosse o caso de perguntarmos o que é esse “Brasil” reivindicado pelo autor, o que escaparia do escopo deste trabalho. Mas não podemos deixar de lembrar da fundamentação de Abdias do Nascimento (2002), em *O Quilombismo*, que explica como o “olho azul” do Itamaraty — o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil — não vê, não enxerga o negro, no qual há um desprezo institucionalizado e com chancela. Para ele, o Estado brasileiro, na figura do Itamaraty, é uma instituição que não trabalha as temáticas do racismo, da violência contra o povo negro e, tampouco, trata do papel histórico desempenhado pelos/pelas africanos/africanas e negros/as brasileiras na edificação do Brasil e das relações internacionais. É dessa mesma Política Exterior e seus formuladores, que Amado Cervo (2008) tanto fala, assim como outros nomes das Relações Internacionais do nosso país, que apoiou e se subordinou aos interesses de uma Europa branca e dominante. Portanto, a nosso ver, e a cargo do embranquecimento compulsório como política oficial mencionado por Nascimento (2002), estas esferas não enxergam e não se mostram interessadas em enxergar conceitos, conhecimentos e visões provenientes das/dos intelectuais negras/os, para não dizer das epistemologias de populações marginalizadas, conforme vimos discutindo. Se seguirmos na

linha que adotamos: caso os representantes do pensamento “brasileiro” forem aqueles formados - formatados - a partir do padrão branco e europeu, como esperar que esse pensamento não reproduza esse mesmo padrão?

Vejamos como é diferente, por exemplo, a proposta de João Nackle Urt, Lara Martim Rodrigues Selis e Victor Coutinho Lage, em seu artigo *A teorização em Relações Internacionais no Brasil importa?*, que é a apresentação do Dossiê “*Teoria das Relações Internacionais no Brasil*”, da Revista Monções, que organizaram. Manifestamente inspirados por bell hooks, citada no texto delas/deles, Urt, Selis e Lage (2019) apontam que o Dossiê surgiu do objetivo de recolocar a teoria como parte do movimento de questionar as linhas rígidas nos contornos entre teoria e prática e buscar também alcançar o debate público mais amplo, pois, “expandir a teoria (e a teorização) para públicos e territórios diversos significa ampliar também aquelas(es) capazes de acessá-la e/ou produzi-la; ou ainda, reinventar as estruturas capazes de autorizá-la” (URT; SELIS; LAGE, 2019, p. 3). Uma segunda motivação do dossiê, segundo as pessoas que o organizaram, foi atribuída à posição marginal que as pesquisas brasileiras assumem dentro da geopolítica que envolve as RI enquanto disciplina global. Em outras palavras, dado que os estudos do Brasil não são parte no Norte Global, problematiza-se como poderíamos, não apenas nos fazer representar, mas também “ocupar-para transformar” o campo intelectual. A autora e os autores, similarmente, lançam interrogações sobre a possibilidade de teorizar em Relações Internacionais, no Brasil, não tomando como partida diplomatas e outros funcionários do poder público, mas em diálogo com nomes como o próprio Abdias do Nascimento, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Lélia Gonzalez, Milton Santos, Paulo Freire, Sueli Carneiro, entre tantas outras vozes. E indagam se de fato poderia “advir daí” uma contribuição do chamado Sul Global ao âmbito teórico, ao lado da Teoria da Dependência¹⁶.

¹⁶ Algumas pesquisas e trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Estudos sobre o Imperialismo - Rosa Vermelha (UFS), do qual fazemos parte, dialogam direta ou indiretamente com os estudos acerca da Teoria da Dependência. Até o presente momento foram produzidos alguns resultados dessas pesquisas. Parte do projeto “*Desenvolvimento Econômico e Relações Internacionais*”, junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2020-2021 da Universidade Federal de Sergipe, tivemos os planos de trabalho *O “nacional” e o internacional na Teoria Marxista da Dependência*; *O “desenvolvimento econômico” enquanto objetivo estratégico estadunidense*; e *O neoliberal-institucionalismo e a teoria da dependência de FHC*, sobre responsabilidade de Yasmin Couto de Jesus, Ana Livia Cotrim Teixeira e Samara dos Santos Alves, respectivamente. Em adição, não podemos deixar de mencionar o projeto anterior, de 2019-2020, “*Desenvolvimento Econômico*” enquanto *Acumulação do Capital: Imperialismo e Mercantilização da Natureza*, com o plano *Perspectivas críticas ao Desenvolvimentismo: considerações teóricas* de Evenne Caroline Pereira Ramos e *A crise de acumulação do capital, a mercantilização da natureza e o genocídio de populações indígena*, de Yasmin Couto de Jesus. Em certa medida, o projeto “*Teorias Periféricas*” e *Teoria das Relações Internacionais*, com os planos *Materialismo Histórico, periferia e Teoria das Relações Internacionais* de Ênio Ramos Sacramento e *Os estudos pós coloniais na redoma das Relações Internacionais* de Marcos Eduardo da Silva Ribeiro também nos fornecem aportes para essa e mais questões levantadas no presente trabalho, que, por

Podemos imaginar as enormes diferenças entre os resultados das pesquisas produzidas por esse viés e aquelas que por ventura sigam a pista de Amado Cervo. Podemos indagar ainda, de que forma estes diálogos ajudariam a construir “uma teoria das RI” a partir do Brasil, para além dos esforços já empreendidos no país até o momento. Na sequência deste trabalho, procuraremos continuar a refletir a respeito da construção teórica no campo de Relações Internacionais, a partir do que trouxemos até aqui, visão em especial às contribuições periféricas, aquelas que não fazem parte do *mainstream* das RI, que foram categoricamente deixadas em segundo plano, mas que podem e estão a ganhar espaço na área, e assim procuram colaborar com a discussão epistemológica da área. Esperamos, com isso, abrir caminhos para futuros trabalhos, *nossos* e do *campo*, com enfoques em autoras, autores e conceitos usualmente marginalizados pelo escopo teórico das Relações Internacionais, sobretudo autoras e autores da América Latina, o que passamos a problematizar a partir daqui.

sua vez, decorre da pesquisa de IC *A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais*, no âmbito desse último projeto.

2. A AMÉRICA: ALDEIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DAS TRI E DE LÉLIA GONZALEZ

O escritor russo Liev Tolstói, autor das célebres obras *A Morte de Ivan Ilitch*, *Anna Kariênina* e *Guerra e Paz*, não é famoso apenas por suas grandes obras literárias, mas também pelas sábias frases e palavras que lhes são atribuídas. Uma delas diz “Fale de sua aldeia e estará falando do mundo” ou “Se queres ser universal começa por pintar a tua aldeia” (depende muito de como é feita a tradução). Concentremo-nos no que Tolstói chamou de aldeia e o que chamaremos, metaforicamente¹⁷, aqui neste capítulo, com o intuito de inserir a autora e o conceito, focos do próximo capítulo e do trabalho como um todo. Segundo Henrique Fagundes da Costa (2019), a frase do autor é simples, replicada e tem um peso extraordinário de lançar o questionamento: em um mundo tão globalizado, “internacional”, ainda somos capazes de escutar e falar sobre as nossas aldeias? Por meio do *BauruLiteratura*, uma plataforma colaborativa, José Carlos Brandão (2021) trata da “aldeia de Tolstói” e afirma que todos os grandes autores (e autoras) primeiro falam sobre suas regiões, tendo em vista que toda obra deve ter cor local. O letrólogo relaciona alguns nomes importantes que fizeram das suas regiões (suas aldeias) cenário principal dos seus produtos literários e foram acrescentadas outras com base no nosso entendimento presente. O poeta Carlos Drummond de Andrade celebrou as Minas Gerais e Itabira com *Ausência*, *Confidência do Itabirano*, *Lira Itabirana*, *O maior trem do mundo* entre outros. João Cabral de Melo Neto com *Morte e Vida Severina* e outros poemas para vozes leva o/a leitor/leitora até a terra seca de Pernambuco e a vivência dos retirantes sertanejos. Francisco “Chico” Buarque de Hollanda, cantor, compositor e escritor, faz do Rio de Janeiro e do Brasil suas aldeias quando canta e escreve sobre os deslocamentos, as crises, a vida boêmia e a montagem do “malandro” em *Essa Gente*, *Budapeste*, *Carioca* e *A volta do Malandro* e, em um panorama mais amplo, retrata o “Brasil da Ditadura” com *Apesar de você* e *Cálice*. Em *Orgulho e Preconceito*, *Persuasão*, *Emma* e alguns outros livros, Jane Austen, escritora inglesa, escreve sobre a Inglaterra, o cotidiano e o comportamento da sociedade inglesa/europeia. Chimamanda Ngozi Adichie, escritora e feminista nigeriana, com o romance *Hibisco roxo* e o ensaio/palestra *O perigo da história única*, critica as visões estereotipadas acerca do continente africano e traz a perspectiva de uma Nigéria moderna, ao mesmo tempo

¹⁷ Empregamos aqui o conceito de aldeia enquanto uma metáfora para se referir à América, continente que é subdividido tradicionalmente em três “territórios”: a América do Norte, a América Central e a América do Sul. De acordo com Ediene Pena Ferreira (2011), a metáfora é uma figura de linguagem bastante utilizada e preparada para operar como uma transferência de um conceito básico, para um outro, costumeiramente mais abstrato. “A linguagem, portanto, é essencialmente metafórica, uma vez que estendemos significados para formas já existentes na língua, devido à semelhança entre a coisa e a palavra que a designa” (FERREIRA, 2011, p. 169).

que toca em assuntos referentes à opressão, à religiosidade, à política e às estruturas sociais. O Samba de Lata, movimento de resistência e grupo cultural, pinta sua aldeia, uma comunidade quilombola localizada no centro norte da Bahia, a partir da batida na lata e das músicas, *Eu sou de Tijuaçu*, *Viva todos os quilombolas* e *Terreiro bom*, que contam a trajetória e a identidade das mulheres negras de Tijuaçu. Em sua totalidade estas figuras operam nas esferas dos conceitos, da imaginação, da percepção e das origens.

A aldeia da qual tratamos aqui neste trabalho de conclusão de curso é a América, no qual pretende-se movimentar a sua formação, as suas características e as suas narrativas. Já que falamos até aqui da importância de romper com uma narrativa sobre nossa área que renove constantemente o mito fundador das RI e pensar a partir da periferia, vamos nesse capítulo explorar um pouco o que caracteriza a América, que, apesar de não problematizada, se encontra no âmago das Relações Internacionais e é afetada nas e pelas Teorias das Relações Internacionais. Além do mais, dentre outras concebidas para retratar outras problematizações, a América foi a aldeia que Lélia Gonzalez reivindicou para elaborar o conceito de *Amefricanidade*, que será o assunto de nosso próximo capítulo.

2.1 Repensando as veias abertas da América Latina desde o século XXI

Eduardo Galeano (2000), em *As veias abertas da América Latina*, enuncia que, para o mundo, a América é puramente os Estados Unidos da América (EUA) e a América Latina nada mais é vista que uma “sub-América”, algo em torno de uma América de segunda classe com nebulosa identidade. As considerações de Galeano (2000) mostram que a América Latina é de fato a região das veias abertas, sobretudo, ao evidenciar as transformações e percalços que nos serviram de plano de fundo. Desde os primórdios até a atualidade, tudo na região sempre se transformou em capital europeu, e posteriormente em capital estadunidense. Ela segue a laborar como serviçal, em seus próprios países ou como migrantes, e esforçando-se na satisfação das necessidades alheias.

Em linhas gerais, a montagem da América pode ser percebida por meio da sua extensão continental, dos seus subcontinentes e divisões, dos países que a compõe e seus processos de independência, dos idiomas, do quantitativo e diversidade populacional, dos recursos naturais, da colonização, das ocupações e das resistências territoriais. É complexo observar a forma opressiva que foi escolhida para contar a história da América, seja nas conversas do cotidiano, nas escolas e universidades ou nos livros. Assim como no Brasil, onde escolheu-se contar a história do Brasil a partir da chegada dos portugueses colonizadores. No caso da América há a preferência por contar a história a partir “da conquista”, “da descoberta” e “do

negócio/empreendimento europeu", ou seja, da chegada de Cristóvão Colombo e da notoriedade de Américo Vespúcio. A tendência por evidenciar os estereótipos de uma região altamente explorada e contada a partir das narrativas daqueles colonizadores do passado reforçam a "história única". Para Galeano (2000), a descoberta e o alcance da América envolvem uma cadeia de episódios que mostram como a América não só precisava de um nome, mas era pintada como um amplo "império do Diabo", de redenção duvidosa e embalava o imaginário europeu em usurpar os tesouros e terras do Novo Mundo¹⁸.

Para Francisco Iglésias (1992), a expressão descobrimento, quando usada para se referir a continentes e países, emprega-se de maneira equivocada. Contesta-se o emprego de tal palavra tendo em vista que só se descobre uma terra sem habitantes, e por isso, ao estar ocupada e habitada por indivíduos, ela já existe e não há como ser descoberta. Não se trata, por conseguinte, de descoberta, mas do ato de encabeçar um contato com um outro povo/outros povos, culturas diferentes e até mesmo outras formas de organizações sociais. Segundo Iglésias, "A expressão descobrimento implica em uma idéia [sic] imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente" (IGLÉSIAS, 1992, p. 23). Ainda por cima, o historiador brasileiro completa asseverando que o termo *descobrimento* passou a representar os movimentos sucedidos no final da Idade Média e primórdios da Idade Moderna. Tal período ficou conhecido pelo expansionismo europeu. Desmedidamente, falava-se dos "descobrimientos" dos colonizadores da Espanha e de Portugal nas ilhas do Oceano Atlântico e na costa ocidental da África. É verossímil a dimensão obtida pelos "descobridores" exaltados pela/na Europa, dados os inúmeros episódios de navegações e a exploração de novas terras entre 1418 e 1488. Porém, é nos anos de 1492 e 1498 que duas personalidades dão maiores ruídos para essas práticas. Em 1492 o navegador e explorador genovês Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, faz a revelação do/da Novo Mundo/América. Já em 1498, tem-se a chegada, pela via marítima, à Índia, dos navegadores comandados pelo português Vasco da Gama.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2021) ressalta os aspectos persistentes na concepção de "América Latina". Segundo ele, pensar a identidade latino-americana sacode fartos debates, principalmente aqueles que envolvem a dimensão mais rigorosamente geográfica dessa composição identitária, a designação de "América" impregnada de fragrâncias do colonialismo desde sua proposição, no século XVI, a partir do explorador Américo Vespúcio, até chegar no

¹⁸ O termo "Novo Mundo" foi elaborado pelos europeus para denominar o então recém "avistado" continente americano. "A América entra na história com a chamada Idade Moderna. O Novo Mundo começa na fase inaugural de novo tempo" (IGLÉSIAS, 1992, p. 35).

termo hoje “confiscado” pelo seu Estado hegemônico, os Estados Unidos. Dentro dos sinais emitidos pela caracterização colonial, não há como deixar de mencionar a tendência por ignorar a vasta diversidade cultural previamente existente dos povos originários — indígenas, os africanos escravizados e os orientais de diversas origens, como por exemplo, os indianos no Caribe e na Guiana, chineses e japoneses no Peru e no Brasil, entre outros. No âmbito geográfico, a utilização da expressão América Latina demanda a explicação de que ela se trata de congregar o México - que, na estrutura geográfica, fica localizado na chamada América do Norte - ; a América Central - incluindo a subdivisão Ístmica e o Caribe - ; e a América do Sul. Para mais, informa que a particularidade caribenha, possuidora de um número significativo de ilhas sob colonização “não latina”, dos ingleses e holandeses e, em menor volume, dos dinamarqueses, levou ao que, posteriormente, seria designada como “América Latina e Caribe”. Esta é utilizada até os dias atuais - a título de exemplificação tem-se a “Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe” (CEPAL).

Ainda no que tange à América Latina e à latino-americanidade, destaca-se a produção de símbolos referenciais a esse espaço, tanto interna quanto externamente. Tal característica é comum em casos de identidades de base territorial, marcada pelo recorte espacial enquanto referencial de concentração. Por isso, há um pensamento de que toda construção identitária pode envolver um jogo melindroso em que, frequentemente, o olhar e as observações externas conseguem ser mais prestigiadas na “nossa” definição do que o “nosso próprio”. Em vista disso, esse outro olhar, o “Outro”, é o que outorga unidade para a América Latina. Ele tem sido mais do que a Europa, tem sido também a intitulada América Anglo-Saxônica, sobretudo na efígie de um único país, os Estados Unidos (HAESBAERT, 2021). “Não à toa, as Américas Anglo-Saxônica e Latina foram criadas praticamente juntas” (HAESBAERT, 2021, p. 67).

Haesabert (2021) fixa que não é pertinente esquecer a atuação, em termos de invasões e intervenções políticas, por parte dos Estados Unidos em diversos períodos nos países da América Latina, com a perda territorial do México tida em alta conta. Proporcionalmente, algo que também não deve cair no esquecimento são os feitos do Estado estadunidense que dispôs no passado e ainda possui colônias no Caribe: Guantánamo, localizada na ilha de Cuba, as “Ilhas Virgens dos Estados Unidos” e o “Estado associado” de Porto Rico. Nesse rumo, não se deve olvidar o domínio dos EUA, com duração de quase um século, em relação ao canal do Panamá. Além do mais, as condições e diferenciações da região mostram que, mais estritamente, a distinção cultural-colonial, em sùmula, a diferenciação racial, e a caracterização

socioeconômica predominante, capazes de definir uma condição periférica ou semiperiférica¹⁹ para a América Latina, em particular em sua relação com o “centro” estadunidense, são fortes marcas da separação Norte-Sul da América.

2.2 Colonialidade e TRI: as bases latino-americanas de interpretação, as críticas ao eurocentrismo e as discussões acerca da hierarquização

Em adição às questões estruturais, territoriais, comerciais e econômicas, é interessante incorporar uma outra problemática à colonialidade: as percepções da *colonialidade do ser* e da *colonialidade do saber*, cernes de boa parte da crítica decolonial aos processos de diferentes cunhos ocorridos na América. Uma das referências principais para essa discussão é o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), que afirma que a formação intelectual do processo de modernidade forjou um entendimento de conhecimento e um jeito de produzir conhecimento ensaiado para demonstrar o caráter do padrão mundial de poder, visto como colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Esse modo efetivo de produzir conhecimento é reconhecido como eurocentrismo. *Eurocentrismo* é o nome dado para a perspectiva de conhecimento cujo arranjo sistemático começou na Europa Ocidental, por volta do século XVII. Sua disposição costuma ser associada à singular secularização burguesa das ideias europeias e à vivência ocasionada pelo padrão global do poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, convencionado a partir da América - e qualquer semelhança com a discussão de epistemicídio, que discutimos no primeiro capítulo não é mera coincidência.

Marina Bolfarine Caixeta (2018) expressa que as argumentações a respeito da colonialidade do saber trazem para o seu núcleo o conceito de geopolítica do conhecimento²⁰, e ao fazerem isso tratam da relação entre ciência e política com base em uma visão crítica oriunda do Sul Global. Para a autora, em função da capacidade econômica de determinados países investirem na produção de conhecimento científico, a ciência passou a ser uma partícula de um encadeamento cíclico entre dois tipos de poderes: o poder político e o poder econômico. “Sendo assim, a assimetria política é causa e ao mesmo tempo consequência da desigualdade de produção científica” (CAIXETA, 2018, p. 5).

¹⁹ Conforme diz Haesbaert (2021), o termo semiperiferia/semiperiférica é polêmico, principalmente utilizado no caso de países como o Brasil e o México.

²⁰ Walter D. Mignolo (2020) manifesta que, em essência, a geopolítica do conhecimento se firma em volta da diversificação, através da história, das diferenças coloniais e imperiais.

O prestígio do conhecimento científico está inserido na modernidade, compreendida enquanto um fenômeno *vivenciado mundialmente*, ainda que *gerado e coordenado pela Europa*. Nessa circunstância, portanto, a orientação a favor da emancipação do ser, do agir e do pensar, pressuposta no pensamento decolonial, situa-se fora da Europa. No caso de nosso trabalho, como estamos falando a partir daqui, cumpre anotar, nos termos de Caixeta, que

o “giro decolonial” é eminentemente situado na América Latina e Caribe e sua perspectiva crítica busca identidade com a história e os povos da região, numa pretendida vinculação entre o pensamento intelectual e o campo da ação política (CAIXETA, 2018, p. 14).

Além disso, remetendo à historiografia sobre o tema, Caixeta (2018) atesta que a modernidade eurocentrada é a grande incentivadora da produção, mesmo após o fim formal do sistema colonial, do tripé da colonialidade, composto pela *colonialidade do poder* (política), *colonialidade do ser* (existencial) e *colonialidade do pensar* (epistêmico).

Já trabalhamos essa questão epistemológica e a relação desta com as demais no capítulo anterior, mas podemos deixar indicado aqui também que, segundo Santos e Meneses (2009), as ramificações do colonialismo vão além das dominações pelas quais este já é conhecido - como o exercício da dominação territorial, econômica, política, cultural, religiosa, etc. Com efeito - e isso é fundamental para pensarmos as TRI à partir da periferia - o colonialismo também foi uma dominação epistemológica, e por isso, alojou-se uma relação profundamente desigual de saber-poder que direcionou à supressão de abundantes formas de saber particulares das nações e/ou dos povos colonizados e à rejeição desses saberes para um local de subalternidade.

Em *As Relações Internacionais da América Latina*, Luiz Felipe Viel Moreira, Marcela Cristina Quinteros e André Luiz Reis da Silva (2010) esclarecem que embora durante muitos anos, sobretudo nas décadas de 60 e 70 do século XX, a história das relações internacionais latino-americanas fosse recortada e contada a partir de um prisma econômico, na atualidade é necessário observá-la desde várias perspectivas, especialmente para os aspectos políticos, das variáveis das políticas internas e das decisões no âmbito internacional. Os historiadores e a historiadora citados acima constroem a narrativa do livro por meio de uma periodização do devir histórico em dois níveis: nacional e internacional. Neste sentido, é preciso que se apreenda o processo internacional que ajuda a entender a *contemporaneidade* de processos que costumam ser narrados somente na perspectiva doméstica. Por exemplo, desta perspectiva é possível entender como, apesar de cada independência nacional ter sua história específica e seus próprios “heróis”, elas aconteceram todas mais ou menos ao mesmo tempo. E o mesmo pode ser dito da descolonização na África, dentre tantos outros exemplos. Esse modo de pensar coaduna com a

perspectiva internacionalista na medida em que reforça que existe uma dimensão estrutural/coercitiva no Sistema Internacional que, contudo, resulta em formações sociais peculiares em locais e circunstâncias específicas.

Desse modo, para além dos marcos da “descoberta”, contempla-se os entraves e polémicas embrulhadas nas independências do continente americano. A América foi explorada e apossada entre os séculos XV e XVI pelos europeus, com ênfase para os colonizadores com mais triunfos: os espanhóis e os portugueses. Nas palavras da historiadora e dos historiadores, “a Espanha subjuguou as mais sólidas organizações sociais e políticas indígenas da América, sobre cuja base se organizaram os primeiros Vice-reinados no século XVI” (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 17), enquanto o Reino de Portugal, “[...] marcou algumas diferenças na conquista do Brasil, principalmente porque sua presença não era nem tão ostensiva e repressiva como a espanhola” (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 18). Conforme diz Moreira, Quinteros e Silva (2010, p. 18-19), portanto, os instrumentos e a organização de colonização espanhola e portuguesa deram-se de maneiras diferenciadas. Ainda que ambas sejam fruto de projetos colonizadores, os reflexos dessas possíveis diferenças foram projetados na emancipação das colônias, no modelo organizacional de políticas das novas nações e nas composições das relações diplomáticas.

Assim, podemos entender que o cenário internacional foi um facilitador na decisão do momento e na forma assumida por cada uma das independências por parte das colônias hispano-americanas em relação à metrópole. Lélia Gonzalez (2020a [1988], p. 131), por exemplo, discorre que as sociedades ibéricas tiveram sua estrutura montada em moldes rigidamente hierárquicos em um modelo que determinava o lugar de tudo e de todos/todas, pois inclusive o tipo de tratamento nominal seguia regras colocadas pela legislação hierárquica. É importante que não percamos de vista que este é o quadro geral das sociedades que hoje conformam a chamada América Latina: herdeiras históricas diretas das ideologias de classificação social, sexual e racial, bem como dos procedimentos técnicos jurídico-administrativos das metrópoles ibéricas. No caso específico das heranças deixadas por parte de Portugal ao Brasil, a do caráter patriarcal de família se destaca, e este é o preço pago por incorporarmos essa herança no colo social, peso este que recai em cima da mulher negra não apenas durante a escravidão, mas também nos dias atuais (NASCIMENTO, 1978).

Cumprе destacar, portanto, que esse regime hierárquico, no contexto de exploração da América se assenta na efetiva exploração sexual de mulheres indígenas e africanas, de modo que, ao se falar de América Latina, desta perspectiva, se torna necessário discutir as questões feministas e de gênero, além das questões de raça e demais estruturas opressivas.

Beatriz Nascimento, María Lugones, e Sueli Carneiro, grandes expoentes do feminismo e dos debates hoje denominados interseccionais, especificamente das relações entre gênero e raça, manifestam de forma muito similar os tópicos sobre essa herança social que permeiam e estruturam as sociedades americanas. Em *A mulher negra no mercado de trabalho*, Beatriz Nascimento (2019) versa sobre a estrutura da sociedade na época colonial e como ela era extremamente hierarquizada sendo que, segundo ela, poderiam até mesmo ser classificadas como sociedades de castas, visto que havia diferenças rígidas de grupos e dos papéis desempenhados por cada um. Neste *sistema*, os negros e negras preenchiam continuamente os mesmos espaços na pirâmide hierárquica social e não eram permitidos alcançarem lugares destinados aos grupos de cor mais clara. Consequentemente, os processos de domínio social e de privilégio racial eram sustentados. Importante colocarmos em evidência, uma vez mais, a continuidade da “herança escravocrata” no que concerne à mulher negra, ao mostrar que essa ainda ocupa os mesmos papéis e espaços marginalizados desde a época da escravidão, pois a expressão que mais cristaliza a estrutura de dominação que a autora fala se traduz no fato das trabalhadoras negras, sem grandes pormenores, ainda estarem em ofícios trabalhistas que em essência e em sua posição social não mudaram muito, pois na conjuntura social brasileira as sobrevivências patriarcais e racistas implementam um projeto de recrutamento para essas mulheres estacionarem nos empregos domésticos ou, em menor grau, nas indústrias que exigem baixa qualificação e nos espaços rurais.

María Lugones (2019), no artigo *Rumo a um feminismo decolonial*, logo ao abordar a colonialidade dos gêneros, atesta que o caráter hierárquico da colonização das Américas e do Caribe foi um dos grandes encarregados por fundar uma distinção dicotômica e hierárquica entre humanos e não humanos, forçosa aos colonizados e às colonizadas, adequada aos interesses do homem ocidental. A autora argumenta que a lógica dessa distinção foi transposta para outras relações, como por exemplo aquela entre homens e mulheres, que inclusive se tornou uma diferenciação modelo para a humanidade e a civilização. Nos padrões coloniais, apenas homens e mulheres “civilizados” são considerados/das humanos, enquanto os povos indígenas das Américas e os escravos e escravas africanos/as entravam na classificação de não humanos - animais, indomáveis, selvagens e depravados sexuais. Em suas palavras,

o homem europeu, burguês, colono, moderno, foi transformado em sujeito/agente, próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão, um ser da mente e da razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como um complemento desse homem, e sim como alguém que reproduzia a humanidade e o capital por meio da sua pureza sexual, passividade e domesticidade — sempre a serviço do homem branco, europeu, burguês. A imposição dessas hierarquias

dicotômicas foi costurada à historicidade das relações, inclusive a das relações íntimas (LUGONES, 2019, p. 358).

Por sua parte, Sueli Carneiro (2019, p. 313), no texto *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, sinaliza que na América Latina e no Brasil a perpetração da violação colonial por parte dos senhores brancos contra as mulheres indígenas e negras, tal como a miscigenação resultante dessa subjugação, concebem as construções da nossa identidade nacional, configurando o celebrado mito da democracia racial²¹. O que a autora explicita é que o alicerce das hierarquias de gênero e raça presentes nas sociedades latino-americanas e brasileiras é propriamente a *violência sexual colonial*. Segundo a autora, os elementos violentos e os “espólios” coloniais poderiam ter ficado no passado e não representar mais que reminiscências da época colonial. O problema é que esse mesmo ordenamento mantenedor das relações de gênero em conformidade com a raça ou a cor edificada no período da escravidão continua pujante tanto na prática quanto no imaginário social e até mesmo adquiriu contornos e funções “mais frescas” em uma ordem social/coletiva alegadamente democrática.

Em contraste com a maneira “tradicional” de lançar luz sobre a construção histórica da América Latina, Sara Beatriz Guardia (2013) estabelece críticas, esclarece algumas nuances e explicita as formas pelas quais tentam excluir pessoas negras e indígenas desse processo. De acordo com ela, existe uma importante história do continente americano que antecede a chegada dos colonizados e envolve outros personagens/figuras fundamentais, pois antes da chegada dos conquistadores europeus no continente americano já havia uma profunda e diversa manifestação cultural e social²². Porém, conforme os mecanismos explicitados no primeiro capítulo de nosso trabalho, ao longo dos séculos houve e ainda há enormes esforços para eliminar conhecimentos e práticas autóctones, de modo que a visão eurocêntrica e patriarcal se mostrou – e continua a se mostrar – hábil em não-reconhecer outras sociedades e culturas. Para a autora, inclusive, os relatos que contam a colonização do “Novo Mundo” são talhados para responder às expectativas de uma maneira *específica* de memorar a história com interesses e valores de uma historiografia que “deixa de fora” certos indivíduos, tais como as mulheres. No

²¹ Este é um ponto muito importante do pensamento negro brasileiro como um todo. Gilberto Freyre, no livro *Casa-Grande & Senzala*, constrói as bases que sustentam o termo e a criação de uma teoria da democracia racial em que supostamente, no país, a “questão racial” teria sido resolvida pela própria miscigenação. Muitos autores e autoras – principalmente negras e negros, inclusive Lélia Gonzalez – criticam essa postura e denunciam o que entendem ser o “mito da democracia racial”.

²² O foco das pesquisas da autora (Guardia, 2013) são os chamados países andinos. Países andinos são aqueles que, em sua maioria, estão localizados na Cordilheira dos Andes. São eles: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile (SILVA, 2006, p. 72).

cerne do sistema de organização político, econômico e social empreendido pelos portugueses e espanhóis na América Latina, a partir do século XVI, está a exclusão do gênero e da etnia. Sem embargo, engana-se quem pensa que a exclusão como ideologia mudou com as independências e o fim do desvelado domínio colonial e,

por isso, o estudo da participação das mulheres nos processos de independência tem necessariamente que incluir um movimento paralelo que compreenda a ideologia da exclusão por serem mulheres e as diferentes formas adquiridas por essa marginalidade. Só outorgaremos uma maior coerência a nossa história ao desarticular o caráter excludente e discriminador das representações discursivas do *outro*, através de padrões de poder baseados em uma hierarquia social, étnica e de gênero impostos desde a colônia (GUARDIA, 2013, online).

É fundamental que entendamos que, desta perspectiva, as discussões de sexualidade, violência, gênero, etnias e raças estão *necessariamente* imbricadas. Ygor Santos de Santana (2020), por exemplo, explica que o vínculo existente entre a invenção da América e a invenção das identidades racializadas é crucial para a composição de ambas e da matriz colonial de poder. Quijano (2005), por seu turno, diz que, no sentido moderno, a definição/sentido de raça não era conhecida antes da acepção de América e que a diferenciação racial pode ter sido originada em detrimento do apontamento das diferenças fenotípicas entre “conquistados e conquistadores”, estruturada nas supostas características biológicas de cada grupo. Como resultado, as relações sociais seguiram uma construção pautada nessa ideia, e conseqüentemente, foram produzidas historicamente na América novas identidades sociais - a dos mestiços - enquanto índios e negros, entre outras, foram redefinidas. Do mesmo modo, houve incorporação em relação às novas identidades, dando uma conotação racial para os termos que antes apenas se referiam aos países de origem, de região ou procedência geográfica, tais como espanhol, português, e num momento posterior, o de europeu. Nas palavras do próprio autor,

na América, a idéia [*sic*] de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia [*sic*] de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005, p. 118).

Como foi apontado, as questões raciais e o modo como o continente americano foi “colorido” despertam profusas crenças. Segundo Sueli Carneiro (2011 [2002]), no Brasil, um dos aspectos presentes no âmbito social é a aceitação, enquanto parte da natureza da sociedade, da ausência da identidade racial ou a confusão racial predominante. Para mais, persevera a incapacidade da autoclassificação racial, e por isso, a identidade brasileira até os dias atuais é

definida pela impossibilidade de defini-la. A autora adiciona que a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou desconstruído que “vem dos tempos da escravidão a manipulação do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano [...]” (CARNEIRO, 2011, p. 64).

Em *Os condenados da terra*, livro que desenvolve as indagações identitárias e sociais da colonização e da diáspora africana, Franz Fanon (1979) toca em alguns pontos já trabalhados em passagens anteriores do texto aqui escrito e discute o processo colonizatório, as relações entre colonizador e colonizado e os erros no processo de descolonização, que embora violenta, necessita realmente se fazer enquanto um projeto radical. No decorrer da escrita da obra, são expostas observações e críticas ao nacionalismo e ao imperialismo, assim como suas consequências no âmbito da mente humana. Existe todo um debate acerca do papel da linguagem e como esta é usada para determinar a identidade imperialista: ao se usar termos como “colonizador” e “colonizado” molda-se o psicológico dos nativos em relação a seu “posto” de escravo ou de um mestre, o que pode ser pensado até mesmo no papel de um intelectual em uma revolução. Em um fragmento do texto, o antropólogo, nascido na Martinica ainda colonizada pela França, afirma não apenas que o colono faz a história, mas que sabe que a faz, e, segundo ele, é por isso que o colonizador - que tem feito e continua a fazer o colonizado - antes de qualquer coisa suga sua verdade, o que o autor chama de bens do sistema colonial. Em seus termos, “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece” (FANON, 1979, p. 26).

Em síntese, podemos retomar o pequeno ensaio *Por um feminismo afro-latino-americano*, em que Lélia Gonzalez (2020d [1988]) aponta ironicamente que no processo de formação das Américas as minorias, mulheres e negros, tiveram e seguem a ter apenas o direito de ser sujeito negado, o que ocorria (ocorre), segundo a autora, mesmo dentro do movimento de mulheres, no qual as negras e indígenas são testemunhas da exclusão que reverbera em outros segmentos da sociedade. Portanto, seguindo a postura de Lélia, temos que, para a própria construção dos movimentos sociais de contestação - incluindo os movimentos acadêmicos, por suposto - é preciso que compreendamos os processos e tentativas de subjugação e apagamento pelo qual passamos povos originários, mulheres, pessoas negras e indígenas, que somo figuras que, de fato construímos o continente americano.

2.3 De volta às Relações Internacionais: o que de fato são e o que podem vir a ser as produções teóricas latino-americanas?

Voltando ao ponto central de nosso trabalho, vemos que no terreno teórico-conceitual, também existe nas Relações Internacionais - como na universidade como um todo - uma hierarquia rígida - ainda que contestada - sobre quem pode teorizar, como deve fazê-lo e o que deve ou não receber a validação do que pertence ou não à área. Quem controla essa hierarquia e a forma de incorporar os conhecimentos produzidos pela periferia, como pretendemos restar claro a esta altura, é o centro, geograficamente localizado nos Estados Unidos e na Europa. Isso não significa, evidentemente, que não se *produza* conhecimento sobre as relações internacionais em nosso continente. Inclusive, isso não significa também que conhecimentos produzidos a partir da periferia não possam tomar a sua parte no conhecimento do centro. As prerrogativas do centro são, por outro lado, controlar - com critérios ou sem critérios - *quem* pode dizer o *quê*, *quando*, *quanto* e *como*. Do nosso lado, podemos tentar criar estratégias para ocupar este papel e podemos também pensar estratégias para construir outras possibilidades.

Os caminhos possíveis giram em torno das afirmações, dos argumentos de autoras e autores, das diferenças, das reflexões sobre a relevância da contribuição de conceitos e compreensões para as relações internacionais e as relações internas do continente. O que procuramos discutir neste capítulo é que nos parece fundamental entender os processos pelos quais nos constituímos e como o centro nos entende para que possamos pensar em outras possibilidades.

Do ponto de vista das produções teóricas autorreferenciadas da região, o interesse pela América Latina não é algo inédito na agenda de pesquisa das RI. Do contrário, existe uma enorme profusão de conhecimentos latino-americanos disponíveis. Inclusive muitos racistas e patriarcais, como não poderia deixar de ser, sendo essa a matriz de nossas sociedades. É impreterível, portanto, termos cautela ao interpretar estes conteúdos e fenômenos. Primeiramente, porque a simples existência de elementos comuns nestas produções não significa necessariamente a formação de uma unidade orgânica entendida como produto da região. Se é possível pensarmos sobre um pensamento especificamente latino-americano sobre as relações internacionais, precisamos também problematizar o que seria isso. Pode-se partir do pressuposto que a produção latino-americana, a geração de expressões teóricas nacionais e regionais, com alto grau de riqueza teórica, metodológica e epistemológica, é capaz de enriquecer nossa perspectiva e desafiar o *mainstream* da área e constituir uma interpretação analítica alternativa.

Em artigo de nome *Teoria e história das Relações Internacionais: uma escola latino-americana?*, Taís Sandrim Julião (2011) mostra-se consciente do *desafio* que é discutir a existência de uma escola latino-americana de Teoria de Relações Internacionais. Desse modo, constrói sua pesquisa com base em alguns elementos: os usos do conceito de Escola, a existência de uma especificidade em termos de produção teórica e as análises das contribuições teóricas latino-americanas, elementos estes que as Relações Internacionais e a esfera teórica não poderiam ignorar. A autora conclui que a vertente latino-americana mostrou ser uma abordagem original dos processos internacionais com bases em nossas próprias compreensões, recordando assim que as teorias são produtos de um tempo e um espaço político-social aprazado (JULIÃO, 2011)²³.

De nosso lado, nos colocamos nesta agenda coletiva de pesquisas, mas fazemos uma ressalva, que é ao mesmo tempo uma autocrítica desse nosso trabalho: não se trata somente de uma pesquisa que busque produzir conhecimento sobre a região a partir da epistemologia canonizada. Precisamos levar a fundo um amplo esforço de produção de conhecimento a partir das epistemes periféricas. Em nosso caso, se quisermos produzir um conhecimento legitimamente latino-americano que possa de fato reposicionar a questão das Teorias das Relações Internacionais - sendo este o nosso campo de atuação - precisamos pensar com/como/para indígenas e pessoas negras. Neste exercício, façamos, enfim, o diálogo mais aproximado com Lélia, com quem aprendemos muito sobre essa nossa tarefa.

²³ Em outro artigo de características semelhantes, *Debates Teóricos no campo das Relações Internacionais na China*, Renan Holanda Montenegro (2015) apresenta um panorama referente à evolução do *campo* das RI no contexto chinês e os debates em torno do desenvolvimento de uma escola teórica autônoma na China. Para o autor, “ainda é cedo para falar em uma escola teórica das Relações Internacionais desenvolvida na China, a despeito das contribuições aqui descritas das escolas Chinesa e de Tsinghua. Como vimos, sequer há consenso entre os próprios pesquisadores chineses sobre o que deveria ser essa tal teoria chinesa. Em comum, a certeza da necessidade de se ampliar o leque de teorias no campo das Relações Internacionais, sobretudo abrindo horizontes para as contribuições vindas do Sul – aí inclusos o Oriente e a América Latina, por exemplo” (MONTENEGRO, 2015, p. 243).

3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS: O CONCEITO DE AMEFRICANIDADE POR LÉLIA GONZALEZ

Nos capítulos anteriores vimos discutindo as condições de conformação do campo das Relações Internacionais e os problemas que as visões dominantes da área implicam para pensarmos os problemas específicos da periferia. Como nossas considerações nos levaram ao ponto de que esses pensamentos dominantes são produzidos a partir da Europa e dos Estados Unidos, e acabam refletindo interesses das gentes de lá, fomos levadas a pensar sobre a aldeia de onde falamos, em especial o recorte que problematiza a ideia de América Latina e as questões que envolvem as disputas em torno dos diversos significados que esse termo pode assumir. Nosso ponto, portanto, é escolher pontos de partida intelectuais que reflitam não apenas as (e sobre as) condições da latinamericanidade, mas que efetivamente se coloquem de um ponto de vista epistemologicamente periférico, portanto *crítico* do pensamento dominante que vínhamos denunciando. É nesta encruzilhada que invocamos a cabocla Lélia Gonzalez, grande pensadora das relações internacionais como um todo e da diáspora africana e da América Latina em particular. Já explicamos que a autora não pensa o mundo a partir do campo das RI, mas também já argumentamos que nossa área é pródiga em pensar a partir de autores que também não o fazem. Se o economista John M. Keynes pode e o jornalista Norman Angell também pode, por que Lélia não poderia?

Inicialmente, destacamos que segundo Cláudia Pons Cardoso (2014), Gonzalez era defensora da recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos. Historicamente, esses eram pleitos levados a termo por mulheres negras e indígenas contra o colonialismo e, posteriormente, fonte de orientação para ações políticas feministas descolonizadoras. Assim, temos que Lélia Gonzalez (2020a) parte de debates sobre o que se considera a América, a América Latina e a magnitude da atuação dos povos ameríndios e amefricanos.

3.1 Lélia Gonzalez: quem foi/é e o que quer?

Lélia de Almeida Gonzalez foi/é detentora de uma vasta trajetória de ascensão educacional apesar das experiências de racismo (RIOS; RATTS, 2016). De acordo com material do *El País*, escrito pela jornalista Daniela Mercier (2020), Lélia Gonzalez nasceu na capital mineira Belo Horizonte, filha de uma empregada doméstica descendente de indígenas e de um operário negro, e mudou-se muito nova para o Rio de Janeiro. No que concerne à trajetória acadêmica, intelectual e de militância, destacam-se as graduações de História e Geografia pela

então Universidade do Estado da Guanabara, atualmente com o nome de Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e depois, a formação em Filosofia pela mesma. Aos quase 40 anos de idade, dá início à militância no Movimento Negro e se torna ativista atuante em muitas reuniões e defensora do entendimento acerca das raízes africanas para a conscientização dos/das militantes. Ademais, têm destaques a sua participação na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), na atuação junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) na formulação da Constituição de 1988 e no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Segundo Mercier, Lélia

correu o mundo e, ao representar o Brasil em debates sobre as condições de exploração e opressão dos negros e das mulheres em eventos nos Estados Unidos, na África e na América Latina, conjugou experiências e criou um marco conceitual para a compreensão da identidade brasileira e de seus irmãos de continente: a *amefricanidade* (MERCIER, 2020, *online*).

Lélia Gonzalez foi uma renomada professora, antropóloga, filósofa e militante do movimento feminista e negro. Além de ter sido uma das pioneiras nos debates sobre gênero e raça no Brasil, desenvolveu uma concepção “afro-latino-americana” da teoria e do movimento feministas. Entre seus muitos temas de estudo, podemos destacar a título de exemplo a investigação sobre o papel da mulher negra na construção e manutenção do mito da “democracia racial” no Brasil, para a qual se valeu da análise dos entrelaçamentos dos discursos sobre raça, classe e gênero (MERCIER, 2020). Por isso vem tendo destaque a ideia de que o aparato teórico e as produções de Lélia - bem como sua militância política, em sentido restrito - possuem características do que posteriormente foi chamado de “interseccionalidade”, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw e encarnado por María Lugones, Ângela Davis, Carla Akotirene e Patricia Hill Collins dentre outras. Aliás, é importante anotarmos que várias dessas autoras inclusive dialogam direta ou indiretamente com os trabalhos de Lélia Gonzalez. Destaca-se também o reconhecimento da importância das suas obras por figuras internacionais de renome, como a filósofa estadunidense Angela Davis.

Em 2017, Davis palestrou no auditório da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador-BA. Na ocasião, a escritora criticou o encarceramento como forma de combate à violência de gênero, comentou a caminhada de mulheres negras brasileiras e como o feminismo estadunidense tem muito o que aprender com as feministas brasileiras. Davis disse: “As mulheres dos EUA têm muito a aprender com a longa história de luta do feminismo negro no Brasil”. Nessa mesma conferência citou Dona Dalva, Carolina de Jesus e Lélia Gonzalez entre outras. Para ela, essa última foi pioneira nas conexões entre raça, classe e gênero e que muito pouco se discutia isso (ALVES, 2017). Já durante sua passagem pelo Brasil em 2019, Angela

Davis participou de uma conferência em São Paulo-SP para lançar seu então mais novo livro *A liberdade é uma luta constante* (2018). Na ocasião, Davis falou de sua trajetória e expressou sua opinião quanto à contribuição da luta das mulheres negras na criação de sociedades mais justas e no fortalecimento da democracia. De modo direto, salientou a dimensão dos feminismos negros do Brasil e se mostrou crítica à designação que a considera modelo “do feminismo negro brasileiro”, uma vez que o Brasil tem Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Marielle Franco e Luiza Bairros, com quem ela aprendeu bastante. Nas palavras de Angela Davis: “Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo”. Por último, a estadunidense repreendeu a postura dominante de que os EUA é o grande representante de todos os países das Américas (da América) e apontou que se fosse para pensar em um país para representar inteiramente os povos da região, esse país seria o Brasil (BRASIL DE FATO, 2019).

Nesta mesma linha de exposição, Ana Caroline Amorim Oliveira (2020) destaca que “[...] Gonzalez articula interdisciplinarmente, o marxismo e a psicanálise passando pelas ciências sociais e história, chegando na sua tese sobre o racismo enquanto um sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira” (OLIVEIRA, 2020, p. 91). Corroborando com essa posição, Flavia Rios e Alex Ratts (2016, p. 395) também assinalam para o fato de a autora ser antecessora do conceito de interseccionalidade enquanto uma demanda política e teórica. A proposição interseccional estaria presente em três frentes: como *categoria de análise*, sexo, classe, raça entre outras; *no plano das opressões e discriminações*, tais como o sexismo e o racismo; e por último, mediante a *articulação dos diversos movimentos sociais*, entre eles o movimento feminista, o movimento negro e o movimento homossexual - entre outras terminações.

Depois de algum tempo em que as ideias de Lélia pareciam ter perdido destaque, nos encontramos em um momento marcado pela renovação do interesse em seus escritos. Além de muitos trabalhos sobre a obra da autora, também podemos observar um grande esforço editorial para republicar seus trabalhos, dentre os quais se destaca a obra organizada por Flavia Rios e Marcia Lima, intitulada *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogo de Lélia Gonzalez*. Lima e Rios foram eficazes em estruturar o livro com os principais ensaios e artigos da autora, por exemplo, *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, publicado originalmente em 1984, *A categoria político-cultural de amefricanidade*, escrito em 1988, *Por um feminismo afro-latino-americano*, *Nanny: Pilar da amefricanidade*, *Amefricanas do Brasil e sua militância* e *A importância da organização da mulher negra no processo de*

transformação social. De acordo com a premissa e apresentação do próprio livro, este oferece uma cronologia da vida e da obra de Lélia e uma coletânea de entrevistas e traduções inéditas. Outros quatro livros importantes explanam pertinentes trabalhos de Lélia Gonzalez, quais sejam: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (2019a), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (2019b) e *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (2020), os três organizados pela professora e escritora Heloisa Buarque de Hollanda, e *Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro* (2010) de Flavia Rios e Alex Ratts.

Consistentemente, em termos das consequências teóricas referentes à escolha do objeto, a análise das potencialidades de desenvolvimento teórico remete a uma perspectiva que contempla uma ótica silenciada em registro disciplinar e conceitual amplo, seja pelas questões atinentes às mulheres, seja por aqueles referentes aos negros. Tal enfoque articula organicamente teoria e prática, nacional e internacional, fala e silenciamento, sujeito e objeto.

Com o ensejo fornecido, aqui iremos pincelar os principais aspectos que Rios e Lima (2020) trazem na *Introdução* do livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogo*. Assim sendo, tais pontos merecem destaques porque darão um “Sul”²⁴ para melhor entender os caminhos, elementos de formação, construção do pensamento, as fontes de inspiração de Lélia Gonzalez, como e quais são as e os intelectuais em quem a autora se apoia e/ou se opõe, até chegar na maturidade do conceito de *Amefricanidade*.

Recapitulando o argumento de bell hooks sobre a ligação entre teoria e prática, destacamos que, para Flavia Rios e Marcia Lima (2020), um dos aspectos distintivos do pensamento feminista negro presente tanto na trajetória quanto nas obras de Lélia Gonzalez é a articulação entre os estudos e a ação, pois “a autora destaca em seus textos a importância de pensar o feminismo na teoria e na prática” (RIOS; LIMA, 2020, p. 19).

No momento em que são delineados os principais itens da prática e da teoria desenvolvidas por Lélia Gonzalez, Rios e Lima (2020) também fornecem um panorama epistemológico e técnico envolvendo a diversidade cultural, a identidade racial, o feminismo — sobretudo aquele encadernado pelas mulheres negras, as atividades políticas e o caráter internacional das suas produções e dos seus conceitos. Logo de início, as autoras escrevem que,

²⁴ Subscrevemos os autores Wallace Lopes, Renato Nogueira e Marcelo Moraes em *Introdução: concentrando e esquentando os tamborins!*, no livro *Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*: “Nós usamos o termo sul e sular no lugar de norte e nortear por razões políticas e epistemológicas. O termo foi usado pelo educador brasileiro Paulo Freire. Os estudos sobre colonialidade têm feito um debate muito profícuo sobre os usos políticos do norte como metáfora da orientação adequada para a produção do conhecimento, o que aparece, por exemplo, na bússola e nas cartografias do globo que insistem em colocar o hemisfério norte na parte de cima. o que está longe de ser uma imposição cartográfica; mas, tão somente uma escolha geopolítica com muitos desdobramentos no campo da exploração e dominação simbólica” (SILVA, Wallace Lopes (org), 2015, p. 12).

ao organizarem o livro, reúnem cronologicamente a bibliografia de Gonzalez no período que vai de 1975 a meados dos anos 1990. Escritos de difícil acesso, seja de forma virtual ou física, posto que foram recolhidos de livros raros - que, infelizmente, já não circulam em livrarias e dificilmente são encontrados em sebos - e de artigos publicados nos periódicos da imprensa alternativa. Mas o que iremos encontrar nos ensaios de Lélia Gonzalez? Segundo a organização do livro citado,

referências à filosofia ocidental — que marcou a sua formação acadêmica — juntam-se a ditos populares, às elaborações dos mestres das escolas de samba, dos conhecimentos produzidos por mulheres trabalhadoras em sua prática cotidiana, numa combinação organizada para gerar polifonia, possibilitando a escuta de múltiplas vozes em diálogo. Assim, no conteúdo e na forma, os ensaios de Lélia Gonzalez dizem sobre a originalidade de seu pensamento (RIOS; LIMA, 2020, p. 10).

Segundo a organização “dessa produção renovada sobre o seu pensamento, três abordagens merecem destaque: a decolonial, a interseccional e a psicanalítica” (RIOS; LIMA, 2020, p.15).

A respeito do teor *internacional* presente em seus manuscritos, das orientações e da influência internacional da autora, Rios e Lima (2020) lançam categoricamente como as regiões, continentes e países dão munição para que sejam visualizados os processos envolvidos na construção do pensamento de Lélia. A Europa forneceu três influências de destaque: o feminismo, através de Simone de Beauvoir, o marxismo, principalmente a escola francesa, e a psicanálise, amparada no francês Jacques Lacan e no austríaco Sigmund Freud. Com a África, Lélia Gonzalez traçou diálogos que não tinham um único caminho. É também de onde vem a influência do anticolonialismo, tendo como berço africano as produções de Amílcar Cabral, nascido na Guiné-Bissau, da busca por aprofundar os conhecimentos sobre as civilizações africanas por meio do autor Cheikh Anta Diop, de origem senegalesa, e do seu interesse pelos estudos sobre gênero na África Ocidental, debruçando-se na produção da antropóloga Filomina Chioma Steady. A América e o Caribe dão as bases influentes do pensamento feminista advindas dos países americanos. É daqui que emergiram as principais participações de Lélia em eventos internacionais, com destaque para o congresso sucedido em terras bolivianas, em 1988. Em relação ao Caribe e aos EUA, é válido destacar as ideias pan-africanistas²⁵ que a inspiraram,

²⁵ O pan-africanismo, movimento teórico-político, não é somente uma influência africana. No artigo *Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida*, Muryatan Santana Barbosa (2016) assegura os muitos pontos que o pan-africanismo toca e que ele tem especificidades teóricas, históricas e de contextualização. Formadas por intelectuais e ativistas negros, tais como Paul Cuffee, Martin Delany, Booker T. Washington, Alexander Crummel, J. A. Horton, J. Hayford, Bishop James Johnson, Edward Blyden, Marcus Garvey, W. E. Du Bois, Silvester Williams, dentre outros, as ideias pan-africanistas possuem uma contribuição universal que carece ser melhor considerada, “pois é parte integrante e atual das lutas dos povos do Sul Global por sua autoafirmação” (BARBOSA, 2016, p.144).

ressaltando a importância de Abdias Nascimento, mas também de Walter Rodrigues. Dos intelectuais caribenhos vieram as problemáticas referentes às reflexões sobre o colonialismo e como superá-lo. Da Martinica, surge sua relação com uma das suas principais referências quando se trata de pensar as formas subjetivas da dominação, Frantz Fanon.

Proporcionalmente importante, Lélia Gonzalez conversa com as ideologias nacionais e os estudos de resistência. A autora comungava junto a outros e outras intelectuais negros/as (Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Joel Rufino *etc.*) e demais brancos antirracistas (Octavio Ianni e Florestan Fernandes, por exemplo), o pleito crítico que a ideia da superação do “mito da democracia racial” era a condição primordial para combater o racismo e para a instauração da verdadeira democracia. No que corresponde aos assuntos das resistências, ela buscava conhecer os movimentos por meio da literatura sobre os quilombos, os motins dos negros escravizados *etc.*, a exemplo de dois historiadores contemporâneos que assiduamente são citados pela autora: Clóvis Moura com *Rebeliões da senzala* e Décio Freitas, com *Palmares: a guerra dos escravos* (RIOS; LIMA, 2020).

Com base no que apontam Rios e Lima (2020), podemos concluir que Lélia Gonzalez foi uma intelectual múltipla, pública, engajada, com capacidade de olhar para as transformações mundiais e tematizar tópicos complexos que já são caros para a esfera teórica das Relações Internacionais - como a democracia, a democracia racial, a questão nacional, a crítica ao eurocentrismo, o racismo, o sexismo *etc.* - e outros que ainda não ganharam ou vêm ganhando espaço em nossa área. Atualmente, a autora e seus aportes teórico-conceituais têm sido renovados e são referências para os movimentos sociais, com destaque para os feministas e antirracistas, cada vez mais conhecida na América Latina, nos Estados Unidos e mais recentemente na França, por intermédio da recém-descoberta por parte do feminismo europeu.

3.2 O conceito político-cultural de *Amefricanidade* é “internacional”

De acordo com Bárbara Martins (2021), Lélia Gonzalez foi um dos expoentes propulsores que apresentou a magnitude dos movimentos sociais brasileiros para outros países, por reforçar a atuação de negras na política e nas universidades, bem como introduziu pensamentos decoloniais capazes de questionar a permanência de pensamentos eurocentrados no imaginário de lugares como o Brasil e outros países que outrora já foram colonizados.

Rios e Ratz (2016) notam que foi a partir da década de 1980 que Lélia dedicou seus estudos para ir mais adiante das demarcações nacionais, para construir uma categoria política transnacional capaz de comportar as narrativas de negros e negras da diáspora africana e os

povos originários das Américas. É então que vai emergir a *Amefricanidade*. De forma mais específica, ao associar conceitos das RI com o “internacional”, consideramos a Amefricanidade de Lélia Gonzalez uma forma alternativa de contribuição para as Teorias de Relações Internacionais alicerçada nas experiências comuns de mulheres e homens negros na diáspora e nas experiências de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial (GONZALEZ, 2020a [1988]). Problematisa-se aqui, ainda em seus passos iniciais, de que forma e se a noção/o conceito de *Amefricanidade* de Lélia Gonzalez e seu desenvolvimento permitem uma contribuição teórica em Relações Internacionais que venha a escapar às narrativas restritas dos grandes debates teóricos e evidenciem uma dimensão relevante atinente ao silenciamento das mulheres e negros africanos neste *campo* disciplinar.

Fernanda Cardoso Fonseca (2021) reforça as considerações presentes ao sinalizar, com base na abordagem teórica decolonial, que dentro do campo da teorização das Relações Internacionais (RI), as contribuições das categorias de análise criadas por Gonzalez e aquelas que ela refina/refuta os argumentos já existentes, os conceitos-chave de amefricanidade, pretuguês, feminismo afro-latino-americano, racismo de denegação sexismo *etc.*, também ajudam a ler a dimensão internacional e como a teoria decolonial é trabalhada pelas Relações Internacionais. Propomos então compreender e discutir o conceito de *Amefricanidade*, sobretudo, ao olhar para as Américas, e mais especificamente, para a América Latina, haja vista que este olhar possibilita a abertura para incentivar uma teorização em Relações Internacionais através de conceitos.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020a), o conceito de amefricanidade trata-se da tentativa de enxergar criticamente, e com um enfoque novo, a formação histórico-cultural do Brasil, ressaltando que esse país não é o que se afirma ser, ou seja, com contornos de formação exclusivamente europeus e brancos. “Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina [...]” (GONZALEZ, 2020a, p. 127).

Aponta Gonzalez (2020a) que

os termos “afro-american” (afro-americano) e “african-american” (africanoamericano) nos remetem a uma primeira reflexão: a de que só existiriam negros nos Estados Unidos, e não em todo o continente. E a uma outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser “A AMÉRICA”. Afinal, o que dizer dos outros países da AMÉRICA do Sul, Central, Insular e do Norte? Por que considerar o Caribe como algo separado, se foi ali, justamente, que se iniciou a história dessa AMÉRICA? É interessante observar alguém que sai do Brasil, por exemplo, dizer que está indo para “a América”. É que todos nós, de qualquer região do continente, efetuamos a mesma reprodução, perpetuamos o imperialismo dos Estados Unidos, chamando seus habitantes de “americanos”. E nós, o que somos, asiáticos? (GONZALEZ, 2020a, p. 134).

A autora germina então o desconforto com as decisões vocabulares e de nacionalidades que os EUA tomaram para si enquanto “americanos”, designação essa enraizada historicamente e sustentada por um arcabouço estrutural *imperialista*. Para mais, ela sustenta que as implicações nos terrenos culturais e políticos da categoria de *Amefricanidade* são efetivamente democráticas, e sendo assim ela crê na importância de voltar a nossa atenção para a formação histórica dos países que compõem a região, com destaque para os processos de dominação, racismo, colonialismo e imperialismo.

Analice Silva (2021) articula que o entendimento crítico dessas questões, a partir do conceito desenvolvido por Lélia Gonzalez, enseja a perceptibilidade das influências e contribuições dos povos africanos e indígenas para a cultura, para a construção do pensamento e da sociedade. O desprezo por essas culturas advém da negação da humanidade desses povos. A autora destaca ainda que a ciência - novamente ela - regularmente não reconhece estas influências e reverbera o massacre cultural, “[...] desde a perda de línguas às práticas, sendo a resistência, elemento principal para manter alguns elementos da cultura africana e indígena ainda que de forma subalterna, em virtude da demonização destas” (SILVA, 2021, online). Consoante a já citada Cláudia Pons Cardoso (2014), tal categoria, cunhada nos anos de 1980, vai emergir num duplo contexto: a diáspora negra e o extermínio das populações indígenas do continente americano. Então, a *Amefricanidade* recupera as histórias de oposições, de resistência e da luta da população colonizada em combate às violências organizadas pela colonialidade. Nas palavras de Lélia,

as implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de *pan-africanismo*, *négritude*, *afrocentricity* etc. (GONZALEZ, 2020a, p. 134-135).

Bruna Santos (2021), ao propor assimilar a influência do pensamento feminista de Lélia Gonzalez para a construção do feminismo negro no Brasil, concentra-se nas definições de descolozização e de amefricanidade. Como aponta a autora, acredita-se que, para Gonzalez, o ponto principal para compreender a questão racial na ambiência brasileira se dá por meio do entendimento da matriz cultural do país. No contexto brasileiro a influência da cultura negra é

essencial, embora seja constantemente excluída. Em função disso, é preciso apontar as contradições no que concerne ao lugar social que negras e negros costumam ocupar na montagem do saber acadêmico e das múltiplas relações — políticas, econômicas etc.

Para Santos (2021), em face da leitura da categoria de amefricanidade, Lélia Gonzalez tem uma interpretação que gira em torno da cultura africana na qualidade de central para a base cultural brasileira. Apesar de enfatizar essa centralidade, ela não deixa de lado as preocupações de refletir a América e os ameríndios. Esse cuidado pode ter relação com quatro itens. O primeiro, por conta das características ancestrais de sua mãe, que transmitiu essa ascendência para ela. O segundo refere-se às trocas afetivas e intelectuais estabelecidas com outras pesquisadoras e outros pesquisadores, nas rotas traçadas pela América. Terceiro, pela posição adotada em termos de perpetuação da colonização. E o quarto está relacionado com a aproximação das ideias pan-africanistas.

Ainda no cerne de suas contribuições, é sinalizado que o exercício epistemológico, desempenhado por Lélia Gonzalez, nasceu da articulação entre a psicanálise, a reinterpretação de processos históricos e as lutas políticas pautadas na superação do racismo, por intermédio dos traquejos e experiências vividos em seu íntimo, da discriminação de dois contornos: a segregação racial e a segregação de gênero. Ela desenvolveu uma alternativa decolonial de análise a respeito, mormente, da formação social da América, no qual a raça é o pilar preponderante. Como resultado, a amefricanidade é uma categoria epistemológica abastadamente qualificada para ser manuseada e melhor desenvolvida em trabalhos acadêmicos, incluídos os de Relações Internacionais, que querem montar análises e interpretações sobre o continente americano com base na perspectiva da história descolonizada (SANTOS, 2021).

Com um outro respaldo, Carla Rodrigues e Juliana de Moraes Monteiro (2020) confirmam que o conceito de amefricanidade que Lélia Gonzalez propõe assume a africanidade intrínseca à América Latina a contar por um novo significante. “Dizer: somos amefricanos, isso nos constitui e nos posiciona no mundo” (RODRIGUES; MONTEIRO, 2020, p. 102). Os escritos da filósofa e feminista brasileira convocam, portanto, os indivíduos a forjar laços (ancestrais) sociais, com apoio da responsabilidade ética e do reconhecimento do outro e dos nós.

No que está relacionado às questões raciais interligadas ao conceito indicado, Gonzalez (2020a) ressalta a presença negra no continente americano, embora não se negue às constantes tentativas de apagamento e subjugação dessa população. A presença negra na América alterou

alguns idiomas falados na região, tais como o inglês, o espanhol, o francês e o português²⁶. Similarmente, enfatiza aspectos pouco explorados: as músicas, as danças, os sistemas de crença e a literatura. As marcas da presença negra na construção do segundo maior continente do mundo, o americano, foram ferramentas substanciais para o encaixe necessário da elaboração de uma categoria que não se fixasse apenas ao caso brasileiro, mas que se projetasse de forma mais ampla e levasse em conta as condições da interdisciplinaridade. Nas palavras da autora, “desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade” (GONZALEZ, 2020a, p.129).

Para Ana Paula Procopio Silva (2021), enquanto categoria analítica, *amefricanidade* possui componentes históricos de uma dada realidade ao mesmo instante que viabiliza a investigação da diáspora negra resgatar as conexões constituintes desta realidade. Logo, alcança os impactos da participação de africanos e seus descendentes na organização social “das Américas”. “A participação do negro na emancipação da América Latina é pensada como um processo dinâmico radical da categoria *emancipação*, tratada como um processo social, cultural, econômico e político em movimento [...]” (SILVA, 2021, p. 49).

De acordo com Carla Akotirene (2019, p. 32-33), Lélia Gonzalez reposicionou a *América Latina*, região colonizada, ao criticar o monoculturalismo epistêmico dos EUA. Dos fundamentos epistemológicos, Akotirene deixa compreensível que a amefricanidade, proposta no final da década de 1980, juntamente com a abordagem decolonial, consolidada através de María Lugones, nos anos 2000, criticam a conduta da civilização ocidental. Segundo Akotirene, as contribuições teóricas de Gonzalez e Lugones metodologicamente interseccionam os arranjos de classe, gênero, nação, raça e sexualidade, indicando as vozes latino-americanas em oposição ao imperialismo, ao colonialismo e ao monopólio epistêmico ocidental.

Não obstante, faz-se indispensável focar na interpretação que Cardoso (2014) suplementa no tocante às ideias de Lélia. O conceito de *gênero* não é exibido nos escritos da autora. Quando ela versa das relações assimétricas oriundas da hierarquização assentada nas distinções sexuais, recorre à caracterização de sexo e sexismo. Para mais, parte de uma compreensão de que os contrastes biológicos estão presentes, mas que são uma construção amontoada com outras razões dos meios cultural e social. Segundo Cardoso,

²⁶ “Ou seja, aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...]” (GONZALEZ, 2020a, p. 128). Segundo Rios e Lima (2020), Lélia cunhou o termo “pretuguês”, caracterizado por ser uma espécie de africanização, das tradições africanas vivas na língua portuguesa. Para entender melhor suas ramificações, recomenda-se a leitura de outros textos da autora que mencionam o conceito, exemplificativamente *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica*, apresentado originalmente em 1979 e *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de 1983.

no seu pensamento, racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas. Diz ainda que as mulheres negras, nas sociedades americanas, têm sua humanidade negada, são vistas como “corpos animalizados” (CARDOSO, 2014, p. 974).

No sentido de estabelecer um vínculo mais explícito da *amefricanidade* com os debates de gênero e das pautas dos feminismos, direciona-se às mensagens englobadas nos escritos *Nanny: Pilar da da amefricanidade* e *As amefricanas do Brasil e sua militância*. Após introduzir a categoria e caracterizar os termos amefricanas/amefricanos, Lélia Gonzalez (2020b [1988]) destaca a importância e o papel das mulheres no longo processo histórico na América, que também marca a presença negra no “Novo Mundo”. Nomeadamente, no caso do Brasil, personalidades femininas foram participantes ativas dos movimentos de libertação, de resistência, e consequentemente, porta-vozes da *Amefricanidade* na cena brasileira.

Segundo Gonzalez (2020c [1988]), é por meio do olhar para a *amefricanidade* regada e manifestada nos movimentos de resistências, estratégias e revoltas que pode melhor ser apreendida a magnitude das mulheres nas lutas das comunidades africanas, desde o passado até o presente momento. A autora cita as quilombolas Dandara dos Palmares, a princesa africana Aqualtune e Maria Felipa de Oliveira, faz críticas ao fato de não sabermos sobre as quilombolas amefricanas de outras regiões e revela que foi a historiadora Lucille Mathurin Mair a responsável por apontar uma história comum entre a América e a Jamaica, concentrando-se na história de Nanny²⁷. “E a conclusão que chegamos foi: *Nanny* está para a Jamaica assim como *Zumbi* está para o Brasil” (GONZALEZ, 2020c, p. 153).

A espécie de vila localizada no nordeste da Jamaica, Nanny Town, foi palco de uma das maiores heroínas de seu povo, Nanny ou “Grandy Nanny”. Tal figura ultrapassou as divisões da liderança mortal e atingiu a transformação de originária ancestral mítica de quem os *maroons*²⁸ jamaicanos se julgam descendentes. No reino dos ancestrais, Nanny opera na função de mediadora entre vivos e mortos, tanto quanto representa a continuidade das sociedades *maroons* no tempo e no espaço. Ela não é somente exaltada no universo sobrenatural, como

²⁷ A tradução da palavra nanny (em inglês) significa babá (para o português). Liliane Oliveira (2018) escreve que a *Nanny* é uma profissional qualificada, exerce muitas funções (cuidar das crianças, transportá-las para a escola, participar das atividades de lazer das crianças etc.) e tem jornadas de trabalhos longas ou que consomem *full time* (“o tempo inteiro”).

²⁸ Os *maroons* eram escravos rebelados e fugitivos. Lélia Gonzalez trata detalhadamente deles em seus textos, baseando-se nos escritos de Lucille Mathurin, Kenneth Bilby e Filomina Chioma Steady. Para um maior aprofundamento, deixamos de indicação o artigo *Abordagens da resistência maroon na literatura das Américas*, da Stelamaris Coser.

também é consagrada pela sua liderança militar e na luta contra os ingleses²⁹. Nanny é uma espécie de Oiá/Iansã³⁰ que serve de pilar para a *amefricanidade* que ronda e ampara as lutas atuais (GONZALEZ, 2020c).

Monique Rodrigues, Fransérgio Goulart e Giselle Florentino (2020) especificam um quilombo no Brasil que remete a essa organização e à importância também dada pelos *marrons* e pelos seus descendentes jamaicanos à Nanny — ancestralidades, resiliência e resistência: o Quilombo Maria Conga, localizado no município de Magé-RJ, modelo de organização e espaço histórico quilombola, nomeado em referência/homenagem a uma das personagens mais relevantes da vivência africana na diáspora. Em 1792, no continente africano, nasceu Maria Conga. Segundo a fonte citada, sua história é sinalizada pelo sequestro e embarque forçado via porto localizado na área que no presente é conhecida como Congo. No ano de 1804, chegou em solo brasileiro e com 12 anos de idade foi vendida para um fazendeiro na cidade de Salvador-BA, onde foi rebatizada como Maria da Conceição. Cerca de 6 anos depois, Maria é vendida outra vez e mudada para Magé, tendo sido alforriada aos 35 anos de vida, quando passou a “Maria do Congo passa a ser a referência na ação de liberdade de escravizados, tanto fugidos quanto alforriados, e funda o Quilombo Maria Congo” (RODRIGUES, GOULART, FLORENTINO, 2020, online). Assim como no caso jamaicano, corroborando o argumento de que existe uma base comum da história latinoamefricana que passa por sistemas de saberes, pertencas e pela espiritualidade,

Maria Conga é uma liderança que foi incorporada de muitas formas, desde a condição religiosa que a Umbanda referencia por sua sabedoria das mulheres curandeiras, passando pela imagem da avó, preta velha, que carrega sua família através dos tempos com responsabilidade, sendo muitas vezes essa velha senhora provedora financeira e emocional de todos à sua volta, e sobretudo, pela personagem real que atravessa gerações contando e perpetuando a memória de determinada cultura (RODRIGUES; GOULART; FLORENTINO, 2020, online).

²⁹ “Até aqui tratamos de narrativas que, aparentemente, não têm fundamento histórico. Todavia, não se duvida da real existência de uma importante personagem chamada Nanny, cujas origens étnicas remeteriam aos akans e que era africana de nascimento. Interessante sublinhar que a literatura inglesa da época se refere a ela como uma poderosa feiticeira, ou *obeah-woman*” (GONZALEZ, 2020c, p. 156).

³⁰ De acordo com Helena Theodoro (2010), Oiá é a forma como Iansã é conhecida na Nigéria, a deusa a quem é dedicado o Rio Níger. É uma deusa guerreira que é associada à água e à chuva, considerada filha de Oxum, também está conectada à floresta e aos animais. Iansã, como é conhecida no Brasil, está vinculada ao elemento ar e de princípio feminino (força e independência). Segundo Theodoro, “o nome Iansã é uma contração de Ya-mes-an-orum, mãe dos nove oruns, que constituem os nove espaços paralelos de *aiyê* – o espaço visível. O *orum* é o espaço invisível, onde habitam os orixás e os eguns. São nove os oruns que ela governa, são nove os eguns que criou e são nove os tipos ou qualidades de Iansã que existem. Por ser vento, ela é sempre dinâmica. Porém, os tipos de Iansã se distribuem dos mais ativos até os menos ativos, sendo o mais agitado de todos Oiá Niké (Iansã menina)” (THEODORO, 2010, p.108-109).

À vista disso, a experiência desse quilombo representa a própria natureza do projeto revolucionário e da formação da coletividade com referenciais próprios. As marcas e as referências ancestrais de indivíduos que transpuseram a escravidão concedem metodologias de enfrentamentos aos silenciamentos e apagamentos, estratégias e exemplos de ações coletivas — organizadas com base nas urgências de cada época (RODRIGUES, GOULART, FLORENTINO, 2020), mas que perpassam o que há de comum em termos da estrutura internacional que conforma a *América Ladina*.

3.3 As relações entre Amefricanidade e TRI

Tendo tudo isso em mente – e com a bença das santas arma e de vovó Maria Conga – voltemos ao ponto das Teorias das RI.

Rios e Lima (2020) explicam o efeito fomentado pela originalidade de Lélia na construção de categorias e na redefinição conceitual do pensamento e práticas, especialmente as feministas. Segundo elas, a amefricanidade, enquanto categoria político-cultural, supera barreiras linguísticas, ideológicas e territoriais. e, ao ultrapassar esses entraves, facilita a compreensão mais profunda da América em sua totalidade, contestando a apropriação do termo para se referir apenas aos de nacionalidade estadunidense. Com base nos aportes de Gonzalez ao longo do tempo, as autoras reforçam a existência de um processo histórico dinâmico presente na composição da amefricanidade que motiva a aproximação com outras importantes categorias político-culturais e processos políticos internacionais. O que essas considerações nos sugerem é que essa originalidade no processo de teorização pode ser frutífera também para as Teorias de Relações Internacionais.

Edward H. Carr (2001), por exemplo, constantemente invocado na renovação do mito fundador das RI, aborda a ciência da política internacional - e não das relações internacionais; mas isso não parece importar aos adoradores do mito - e posiciona seu surgimento na qualidade de resposta a uma demanda popular - no caso, a paz. Carr afirma, a partir daí, que os julgamentos políticos contribuem na modificação a que se referem pois “o pensamento político, é ele mesmo, uma forma de ação política” (CARR, 2001, p. 4). Castro (2012), por exemplo, questiona como a política internacional e consequentemente - para ele - a introdução das Relações Internacionais, é conhecida, ressaltando que inúmeras ferramentas expostas por teóricos e correntes teóricas se mostram limitadas no que tange ao entendimento, manuseio, compartilhamento científico e balizas de atuação da própria política internacional e do seu relacionamento com outras ciências. Para além das noções conceituais de força, poder, interesse

e sobrevivência, os dois autores mencionados acima e Ana Paula Procopio da Silva (2021) nos dão fundamentação para cogitar pensar a partir de outros conceitos, conectados com demandas populares como parte formadora da política internacional.

Podemos então afirmar, a partir das discussões acerca do conceito de amefricanidade, seu potencial para as Teorias das Relações Internacionais. Maculan e Lima (2017) partem da ideia de que os conceitos se manifestam pelos sujeitos e sua utilidade versa sobre o contexto que o envolve. No caso da amefricanidade é um fenômeno que é ou poderia ser incorporado pelas amefricanas e amefricanos tanto no âmbito acadêmico/teórico como nos movimentos sociais práticos, levando em consideração a participação no contexto de formação e sustentação da América. Quando Prodanov e Freitas (2013) dizem que os conceitos possuem intenção e extensão, pode-se estender esta afirmativa igualmente para a amefricanidade. Haja vista que esta categoria tem a intenção de situar as identidades negras e indígenas de todo o continente americano (RIOS; RATTZ, 2016) e a extensão de caracterizar o conjunto diverso das sociedades do continente.

Desta forma, entendemos que o conceito formulado por Lélia Gonzalez se encaixa no âmbito da disciplina e o que entendemos por Teorias das Relações Internacionais na medida em que possibilita lidar com aspectos relevantes da concretude de mulheres e negros em termos de uma multidimensionalidade, nem sempre contemplados nas narrativas hegemônicas e eurocêntricas, pautadas por uma reificação destes por meio de uma ênfase no Estado e nas relações e conceitos políticos. Fonseca (2021) conta ainda que as contribuições amefricanas levantadas por Lélia Gonzalez fortalecem as tentativas teórico-metodológicas de descolonizar as Relações Internacionais, pela “[...] inserindo a temática dentro de um movimento amplo de desconstrução” (FONSECA, 2021, p. 157). O que gostaríamos de ressaltar é que o movimento de descolonização do campo destampa as narrativas eficientes em silenciar outros saberes, para assim, com bases na relação entre políticas e práticas, gerar espaços para se pensar as RI – e as TRI – por perspectivas mais plurais.

Por essa razão, servem de sustento as palavras de Luiz Rufino escritas em *Vence-demanda: educação e descolonização* (RUFINO, 2021). Segundo ele, uma educação feita como descolonização percorre o afloramento de desaprender do cânone. Esse recurso não diz respeito à negação dos saberes e das estadias, mas sim da retirada desse conjunto de modelos e exemplos do pedestal científico que foram colocadas, chamado de “destronamento”. No plano da composição colonial, o cânone se insere na qualidade de métrica equilibrada e centrada em um ponto capaz de reforçar o controle do homem branco, capitalista, europeu, heteropatriarcal etc.

A desaprendizagem tem muitos desdobramentos, mas uma das principais é sua inserção como ato político e pedagógico.

Ainda em harmonia com Fonseca (2021), sinaliza-se para a capacidade de interpretação de mundo da amefricanidade, uma vez que pode mobilizar reflexões quanto a representação do papel do Brasil e da América (América) dentro das Relações Internacionais, ao especificar as suas contribuições para a erudição do internacional, da história mundial e da política internacional. “Amefricanizando, nos abrimos a possibilidade de ser e pensar na pluralidade” (FONSECA, 2021, p 159). Através de uma leitura afeita ao que hoje em dia se denomina decolonial, Gonzalez traz grandes aportes e questionamentos, pois seu pensamento

faz (re)pensar a construção da teorização das RI através de questionamentos sobre quem tem autoridade para ditar o que é o conhecimento e quais conhecimentos são válidos, através de uma política da nomeação. Em especial, gostaria de destacar dois pontos importantes: como o pensamento de Lélia problematiza a questão do Estado, conceito que está presente desde a consolidação deste campo de estudo, em especial ao trazer Palmares enquanto alternativa para se pensar a formação do Estado-nação; e como seu conceito de amefricanidade nos ajuda a repensar o papel da América Latina (ou melhor, América Ladina), dentro das RI (FONSECA, 2021, p. 155).

E por fim, Fonseca (2021) assinala mais um ponto crucial para a nossa disciplina e para o desenvolvimento teórico: a urgência de pensar o papel da América Latina para além de momentos pontuais, como é o caso do que ocorre na “Teoria da Dependência”, mas como algo constitutivo. A amefricanidade juntamente com a América Ladina são conceito e local capazes de dialogar e produzir teorias que expliquem as RI e o internacional. Outrossim, as produções nas Relações Internacionais precisam provocar a maneira cerceada como as dimensões da América são tratadas em muitas vertentes, incluso o tratamento no terreno teórico das RI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção das Teorias de Relações Internacionais experimenta transformações, críticas e possibilidades. A discussão no que diz respeito às formas pelas quais produzimos, estudamos e ensinamos teoria no *campo* das Relações Internacionais mobiliza questões das mais diversas proporções, especialmente as de caráter epistemológico e ontológico.

Diante disso, nos parece legítima a problematização de quais teorias são mais incorporadas em RI; quais outras ganham destaque; quais localidades diferentes do *mainstream* contribuem para a esfera teórica; quais são os mais importantes conceitos e quais são os autores e autoras com quem já dialogamos e aqueles/aquelas que podem colaborar para o desenvolvimento das TRI.

Com base nos argumentos de Fred Halliday (2007), as maneiras como as Relações Internacionais ainda enquadram a esfera teórica, os principais conceitos e a natureza do entendimento acerca do internacional, precisa ser repensada e reestruturada, haja vista que é necessário ir além das limitações dos debates, das narrativas e dos conhecimentos eurocêntricos, tradicionalistas e hegemônicos.

Assim sendo, o presente trabalho explorou o aparato teórico-conceitual presente nas obras da autora brasileira Lélia Gonzalez, com potencial para estabelecer diálogos com o desenvolvimento das Teorias das Relações Internacionais e com o internacional. Para tanto, foi necessário apresentar as questões envoltas no debate epistemológico, dos processos pelos quais as ciências e as Relações Internacionais passam e deixam de passar ao produzir conhecimento científico, dos movimentos rodeados no exercício de teorização, com ênfase na importância da elevação no papel dos conceitos. E desse modo, nos encontramos com o conceito de *Amefricanidade* criado por Lélia Gonzalez e seus desdobramentos político-culturais.

A *amefricanidade* movimenta elementos geográficos, históricos, culturais, políticos e internacionais e se mostra capaz de trazer à tona as experiências da diáspora africana e da resistência contra a dominação colonial. Cláudia Pons Cardoso (2014) destaca que esse conceito surgiu exatamente a partir de dois contextos: pela diáspora negra, dispersão forçada da população negra pelo mundo, e pelo extermínio dos povos indígenas das Américas. Como mencionado ao longo do trabalho, ele recupera as narrativas de luta e resistência dos/das colonizados/colonizadas contra as múltiplas violências com o intuito de colocá-los e colocá-las em registro enquanto sujeitos e protagonistas históricos.

Mobilizamos e estabelecemos discussões em relação à conceituação da *amefricanidade* de Lélia Gonzalez, uma mulher, brasileira, negra e amefricana, e, de forma mais específica, como seu trabalho pode oferecer uma contribuição teórica em Relações Internacionais, mesmo

que escape das composições dos grandes debates - ou talvez justamente por isso - e evidencia uma dimensão mais ampla do internacional. O avanço proporcionado contribui multidimensionalmente para a visibilização das mulheres, negros e indígenas — amefricanos/amefricanas — na formação do continente americano, na concretude da elaboração de conhecimentos e nas questões de gênero e raça no campo disciplinar das Relações Internacionais.

O interesse em realizar essa monografia se deu na intenção de contribuir intelectual e coletivamente para a expansão do exercício de teorizar em RI e de trazer as produções de Lélia Gonzalez para o palco das TRI, a julgar pelos ainda poucos estudos e trabalhos que façam a relação da teoria da autora com as Relações Internacionais. O despertar dessa disposição, e recorte de pesquisa específico, ocorreu durante e após duas ocasiões: na atuação como monitora das disciplinas de *Teoria das Relações Internacionais I* e *Teoria das Relações Internacionais II* e na realização do trabalho de Iniciação Científica intitulado *A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais*, ambas na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A continuidade dos estudos é um outro componente que é resultado do que foi exposto aqui. Há muitas rotas possíveis, como por exemplo aprofundar as considerações já levantadas, discutir outros conceitos — internos ou externos ao plano das RI — ponderar sobre a presença do internacional a partir de outros conceitos que a autora trabalha, aprofundar as contribuições de Lélia Gonzalez com outras autoras e autores das Relações Internacionais e de outras disciplinas das Ciências Sociais, Humanas e Política, examinar as relações transnacionais na América Latina (América Ladina), com base nos países e as experiências que a compõe e/ou dar maior profundidade para o pensamento interseccional e decolonial contidos nos escritos de Lélia Gonzalez. Mas tudo isso vai depender de quais serão os caminhos institucionais mais favoráveis, e das novas orientações, porque a cabeça sempre deve pensar onde o pé pisa e a construção do diálogo sempre impacta no que pensamos.

Coisa de pele
(Jorge Aragão, Acyr Marques)

Podemos sorrir
nada mais nos impede
Não dá pra fugir
dessa coisa de pele

Sentida por nós
desatando os nós
Sabemos agora
nem tudo que é bom vem de fora

*É a nossa canção
pelas ruas e bares
Nos traz a razão
relembrando Palmares*

*Foi bom insistir
compor e ouvir
Resiste quem pode
à força dos nossos pagodes*

*E o samba se faz
prisioneiro pacato dos nossos tantãs
E um banjo liberta
da garganta do povo as suas emoções*

*Alimentando muito mais
a cabeça de um compositor
Eterno reduto de paz
nascente das várias feições do amor*

*Arte popular!
Do nosso chão...
É o povo quem produz o show e assina a direção!*

*Arte popular!
Do nosso chão...
É o povo quem produz o show e assina a direção!*

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda, Ngozi. **Hibisco roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 328 p.

_____. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019. 152 p.

ALMEIDA, José Ferreira de; PINTO MADUREIRA, José. Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. **Imprensa de Ciências Sociais**, [s. l], v. 11, n. 42-43, p. 365-445, 1975.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Apresentação. In: CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 27-29.

ALVES, ALÊ. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. **El País Brasil**, Salvador, 27 de jul. de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 27. nov. 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 928 p.

_____. **100 poemas**: Carlos Drummond de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 412 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI). **Feminismo, Gênero e Sexualidade**. 2021a. Disponível em: https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1208. Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. **Teoria das Relações Internacionais**, 2021b. Disponível em: https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1182. Acesso em: 11 jul. 2021.

AUSTEN, Jane. **Emma**. São Paulo: Martin Claret, 2018. 536 p.

_____. **Orgulho e Preconceito**. São Paulo: Martin Claret, 2018. 424 p.

_____. **Persuasão**. São Paulo: Martin Claret, 2018. 288 p.

BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**. 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 144, 30 abr. 2016. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/347/302>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BARTHOLOMEU, Juliana Stefany Silva. **Epistemologias Negras**: insurgências e deslocamentos intelectuais de Sueli Carneiro e Lélia González. 2021. 139 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

BITTENCOURT, Paulo Victor Zaneratto; PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Cox e as Teorias das Relações Internacionais na década de 1980: um balanço do debate entre a teoria problem-solving de Waltz e a perspectiva crítica coxiana a partir do conceito de estrutura. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 142-162, 2021. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/743>. Acesso em: 23 set. 2021.

BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. 1. ed. England: Palgrave Macmillan, 2009.

BOMBASSARO, L. Carlos. **As fronteiras da epistemologia**: como se produz o conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

BRANDÃO, José Carlos. A aldeia de Tolstoi. **BauruLiteratura**, 2021. Disponível em: <https://bauruliteratura.com.br/a-aldeia-de-tolstoi/>. Acesso em: 10. out. 2021.

BUARQUE, Chico. **Budapeste**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 176 p.

_____. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 200 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 288 p.

CAIXETA, Marina Bolfarine. Por uma teoria latino-americana das Relações Internacionais: contribuições dos Estudos de Área. Foz do Iguaçu: **Artigo MBC - IV Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)**, 2018. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B_g5jVYUf_MJ:https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZPIjtzOjQ6IjExMzYiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNTdiNmQ4NGEzZTYzZmQ2NjY2NDMzYTk2NmNlMzcwNzEiO30%253D+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15 out. 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. A dor da cor. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011. Cap. 6. p. 63-65.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2019. p. 313-321.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 305 p.

Publications. Disponível em: <https://timjdunne.files.wordpress.com/2012/end-of-ir-theory-final-5-6-2013.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

Em São Paulo, Angela Davis pede valorização de feministas negras brasileiras. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 de out. de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras>. Acesso em: 16 de out. 2021.

Epistemologia. In: **Oxford Languages Online**. 2021 Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=epistemologia&source=hp&ei=oUWgYd7gC5e75OUPs72rmAs&iflsig=ALswAMAAAAAYaBTsTtuGKHj1cPO7wrIGJsgw8UwJg&oq=episte&gs_lcp=Cgdnnd3Mtd2l6EAMYADIICAAQgAQQsQMMyBQgAEIAEMggIABCABBCxAzIICA AQgAQQsQMMyCAGAEIAEELEDmMggIABCABBCxAzIFCAAQgAQyBQgAEIAEMgsIABCABBCxAxCDATIFCAAQgAQ6EQguEIAEELEDEIMBEMcBEKMCog4ILhCABBCxAxDHARDRAzoICC4QsQMqgwE6CwguELEDEMcbEKMCOhEILhCABBCxAxCDARDHARDRAzoOCC4QgAQQsQMqQxwEQowI6BQgAELEDOggIABCxAxCDAToICC4QgAQQsQNQAFi8CWDSE2gAcAB4AIAB0gOIAbcNkgEJMC4yLjluMC4ymAEaAeB&scclient=gws-wiz. Acesso em: 06 jun. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Lourênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 458-485, jun. 2019.

FERREIRA, Ediene Pena. Metáfora e gramaticalização: um estudo do verbo chegar. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 168-178, 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/artigo-132.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa Améfrica Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez**. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 184 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUJIWARA, Luis. **Governo: substantivo feminino? Gênero e Políticas Públicas em Governos Subnacionais**. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública e Governo, EAESP/FGV, São Paulo, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020a, p. 127-138.

_____. “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica”. In: LUIZ, Madel (Org.). **Lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106. (Coleção Tendências).

_____. As amefricanas do Brasil e sua militância. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020b, p. 265-266.

_____. Nanny: Pilar da amefricanidade. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020c, p. 151-157.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020d, p. 139-150.

_____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GRIFFITHS, Martin. **Fifty Key Thinkers in International Relations**. Florence: Routledge, 1999.

GRIFFITHS, Martin; O’CALLAGHAN, Terry (Eds.). **International relations:** the key concepts. London: Routledge, 2002.

GUARDIA, Sara Beatriz. Exclusão e gênero nos processos de Independência da América Latina. **Portal Geledés**, São Paulo, 04 de out. de 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/exclusao-e-genero-nos-processos-de-independencia-da-america-latina/>. Acesso em: 20. out. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2021. 394 p.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 312 p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. 440 p.

_____. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. 400 p.

_____. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013. 283 p.

_____. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2020. 294 p.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019a. 384 p.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019b. 356 p.

IGLÉSIAS, F. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 23-37, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9564>. Acesso em: 23 nov. 2021.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 144 p.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos. **Fundação de Economia e Estatística**, Porto Alegre, n. 131, p. 1-28, maio 2015. Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

JULIÃO, Taís Sandrim. Teoria e História das Relações Internacionais: uma escola latino-americana?. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p. 51-66, ago./set. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2178-8839.21212>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/21212>. Acesso em: 19 out. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 249 p.

KYRILLOS, Gabriela M. “Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p.1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2019.p. 357-377.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 54-87, jun. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319308573_Buscando_uma_definicao_para_o_conceito_de_conceito. Acesso em: 25 out. 2021.

MAGNO, M. D. **América Ladina: introdução a uma abertura**. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. **Instituto de Economia/Unicamp**, Campinas,

p. 1-48, abr. 2013. Texto para Discussão. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3267/TD218.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

MARTINS, Bárbara. Lélia Gonzalez foi a nossa Angela Davis e deveria ser leitura obrigatória nas escolas e universidades. **Hypeness**, 2021. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2021/01/lelia-gonzalez-foi-a-nossa-angela-davis-e-deveria-ser-leitura-obrigatoria-nas-escolas-e-universidades/>. Acesso em: 10 set. 2021.

MELO NETO, João Cabral. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 168 p.

MENDES, Enndiel dos Santos. **Gênero e corpo**: repensando as relações internacionais. 2021. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

MENDES, Pedro Emanuel. **A Invenção das Relações Internacionais como ciência social**: uma introdução à Ciência e à Política das RI. 2019. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externasdeportugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-umaintroducao-aciencia-e-a-politica-dasri2217/A%20Invencao%20das%20Relacoes%20Internacionais%20como%20ciencia%20social.pdf>. Acesso em: 20. jul. 2021.

MERCIER, Daniela. Lélia Gonzalez, onipresente. **El País Brasil**, São Paulo, 25 de out. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html>. Acesso em: 20. out. 2021.

MIGNOLO, Walter D.. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 48, p. 187-224, 11 abr. 2020. Trimestral. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Debates teóricos no campo das Relações Internacionais na China. **Mural Internacional**, [S.i.], v. 6, n. 2, p.230-244, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/18387/17741>. Acesso em: 27. jun. 2021.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. 383 p.

MOREIRA JUNIOR, Hermes. Contestando a “Ciência Social Norte-Americana”: críticas à postura conservadora das teorias do mainstream das relações internacionais / disputing the. **Brazilian Journal Of International Relations**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 448-480, 28 jan. 2013. Faculdade de Filosofia e Ciências.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. 3ª ed. São Paulo: LECH, 1981.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, 2002. 362 p.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: contexto e formação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2019. p. 259-263.

_____. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: Afrodiáspora: **Revista do mundo negro**. n. 6-7. Ipeafro, 1985. pp. 41-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultural%20negra.pdf. Acesso em: 26. nov. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 264 p.

NUNES, João. Para que serve a teoria das relações internacionais? **Relações Internacionais [online]**, v. 36, p.11-22, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a02.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

OLIVEIRA, Liliane. Au Pair, Babysitter ou Nanny? **Brasileiras pelo mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.brasileiraspelomundo.com/au-pair-babysitter-ou-nanny-140884521>. Acesso em: 26 nov. 2021.

PEREIRA, Demetrius Cesario; ROCHA, Rafael Assumpção. Debates Teóricos em Relações Internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” neo-neo. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 313–328, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3919>. Acesso em: 07 out. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia **Gonzalez: Retratos** do Brasil Negro. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

_____. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flavia Magalhães (Org.). **Pensadores negros -**

pensadoras negras: Brasil Séculos XIX e XX. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2016. p. 387-403.

ROCHA, Elizabete Sanches; GÓES, Virginia Santiago dos Santos. Culturas e Epistemologias do Sul: as relações internacionais traduzidas pelos movimentos sociais da América Latina. **Monções:** Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, n. 3, p. 367-381, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125103/ISSN2316-8323-2013-02-03-367-381.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2021.

RODRIGUES, Carla; MONTEIRO, Juliana de Moraes. Lélia Gonzalez, uma filósofa amefricana. **Revista Ideação**, Feira de Santana, v. 1, n. 42, p. 94-105, jun./dez. 2020. Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5460>, Acesso em: 10 nov. 2021.

RODRIGUES, Monique; GOULART, Fransérgio; FLORENTINO, Giselle. Herança quilombola: Maria Conga em Magé — Baixada Fluminense. **Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial**. 2020. Disponível em: <https://dmjracial.com/2020/05/30/heranca-quilombola-maria-conga-em-mage-baixada-fluminense/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the prison of Political Science. **International Relations**, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 127-153, 12 abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0047117816644662>. Acesso em: 25 nov. 2021.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda:** educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 84 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, vol. 11, n. 1, São Carlos, [n.p.], Jan./Feb. 2007.

SANTANA, Ygor Santos de. **Disputas discursivas em torno da criminalização do feminicídio:** uma perspectiva a partir das margens. 2021. 370 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La Globalización del Derecho:** los Nuevos Caminos de la regulación y la Emancipación. Bogotá: ILSA, Universidad Nacional se Colombia, 1998.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994. 299 p.

_____. **Towards a New Common Sense:** Law, science and politics in the paradigmatic transition. New York, London: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimba: Almedina, 2009. 532 p.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. A influência do pensamento de Lélia Gonzalez para a formação do feminismo negro brasileiro - descolonização e americanidade. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 504-520, jul./dez. 2021. Semestral. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HZZg8kj5HY0J:https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/download/9448/8424+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Rui Fernando Pires Henrique. **A Anarquia nas Teorias das Relações Internacionais: Hegemonia de Paradigmas ou Necessidade Conceptual?** 2017. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Especialização em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 4, p. 42-59, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11677>. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, Analice Martins da. Amefricanidade e a luta contra a opressão racista. **Esquerda Online**, 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/01/26/amefricanidade-e-aluta-contr-a-opressao-racista/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SILVA, José Ultemar da. A importância da Comunidade Andina para a economia da América Latina. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2006.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas relações internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, v. 58, n. 299, p. 37-55, jan./mar. 2021. Trimestral. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, Wallace Lopes (Org). **Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba**. Rio de Janeiro: Hexis; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

SOUSA, Marcos R. de; RIBEIRO, Antonio Luiz P. Revisão Sistemática e Meta-análise de Estudos de Diagnóstico e Prognóstico: Um Tutorial. **Artigo de Revisão**, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242620509_Revisao_sistematica_e_metaanalise_de_estudos_de_Diagnostico_e_Prognostico_um_tutorial_Systematic_Review_and_Metaanalysis_of_Diagnostic_and_Prognostic_Studies_a_Tutorial. Acesso em: 10 set. 2021.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. ““O Pessoal é Internacional”: Como as Teorias Feministas Transformam o Estudo das Relações Internacionais”. Londrina: **Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas**, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana_Clara_Telles_C_de_Souza.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

THEODORO, Helena. **Iansã: rainha dos ventos e das tempestades**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010. 164 p.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Columbia University Press, 2001.

TOLSTÓI, Liev. **A Morte De Ivan Ilitch**. Rio de Janeiro: Antofagica, 2020. 312 p.

_____. **Anna Kariênina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 808 p.

_____. **Guerra e Paz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 1544 p.

TREVISAN, Tatiana Valéria. **Teoria do conhecimento e epistemologia**. Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17130>. Acesso em: 22 out. 2021.

URT, João Nackle; SELIS, Lara Martim Rodrigues; LAGE, Victor Coutinho. A teorização em Relações Internacionais no Brasil importa? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 1-21, jun. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11528/5633>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0101, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>. Acesso em: 10 out. 2021.

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 24-57, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6902>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V.. **International Relations Theory**. London: Longman Publishing Group, 2011.

WÆVER, Ole. 306-326. Still a Discipline After All These Debates? In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Ed.). **International Relations Theories**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva Publicações S.A., 2011.

WIGHT, Martin. Why is there no International Theory? **International Relations**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.35-48, abr. 1960. SAGE Publications.

REFERÊNCIAS MULTIMÍDIAS

BUARQUE, Chico. Apesar de você. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. [S.l.]: Polygram/Philips, 1978. Lado B, faixa 6.

_____. A volta do malandro. In: BUARQUE, Chico. **Malandro**. [S.l.]: Polygram, 1985. Faixa 1.

_____. Cálice (participação de Milton Nascimento). In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. [S.l.]: Polygram/ Philips, 1978. Lado A, faixa 2.

_____. Carioca. In: BUARQUE, Chico. **As cidades**. [S.l.]: RCA, 1998. Faixa 1.

GOMES, Mariana Selister. **Conferência de Abertura: Movimentos Teóricos**. 2021. (2h21m34s). II Seminário MaRias IRI USP: Movimentando Gênero nas Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7KrA6pC3x0&t=3s>. Acesso em: 08 nov. 2021.

INDIE RECORDS. **Coisa de pele - Jorge Aragão - Ao vivo convida**. 2018. (3m36s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NJvn_6QuK8c. Acesso em: 08 nov. 2021.

SAMBA DE LATA DE TIJUAÇU. **No Abrir da Porta / Dona da Casa / Eu Sou de Tijuacu / Viva a Todos os Kilombas / Terreiro Bom**. 2018 [2005]. (3min51s). Sambadores e Sambadeiras da Bahia - Tema. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8vN_yl2yeXA. Acesso em: 17 dez. 2021.